



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE

Camaragibe, 06 de dezembro de 2023.

Memorando nº 460/2023/Procuradoria Geral

Da: Procuradoria Geral do Município

Para: Comissão Permanente de Licitação

Ilmo. Sr. Presidente

Assunto: Envio Ata da sessão pública da prova de conceito com a licitante Pix Force, bem como o Relatório Técnico. Processo Administrativo 125/23, Processo Licitatório 96/23, Pregão Eletrônico 027/23.

Cumprimentando-o cordialmente, pelo presente, diante da realização da Prova de Conceito, ocorrida no dia 23.11.2023, na qual participou a licitante Pix Force Ltda.. encaminha-se a Ata da sessão pública da prova de conceito com a licitante Pix Force e o Relatório Técnico, referente ao Processo Administrativo 125/23, Processo Licitatório 96/23, Pregão Eletrônico 027/23.

Desta forma, solicita-se o prosseguimento do procedimento licitatório n. 96/23, Pregão Eletrônico 027/23.

No ensejo, renovo os meus protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Rafael Vitor Macedo Dias

Procurador do Município

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F662-D87E-645A-8A6D> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F662-D87E-645A-8A6D



Hash do Documento

D4A754CB55BC88AB16495319E998AB0E0A18FBE551F3EE08FA43B80418E6AF41

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2023 é(são) :

Rafael Vitor Macedo Dias - 013.991.214-21 em 06/12/2023 14:02

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCURADORIA FISCAL ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE PROVA DE CONCEITO

PROCESSO DE LICITAÇÃO nº 96/2023
Pregão Eletrônico nº 027/23

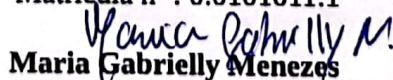
Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, 14 horas, em sessão virtual realizada em plataforma de videoconferência, realizou-se a sessão pública de prova de conceito para demonstração do atendimento aos requisitos elencados no Termo de Referência, Anexo ao do Edital do PROCESSO DE LICITAÇÃO No 96/2023, na modalidade de Pregão Eletrônico 027/23, conforme convocação realizada pelo pregoeiro, os representantes da empresa PIX FORCE (CNPJ 25.161.678/0001-87), licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar por apresentar o menor valor global, compareceram à sessão, que foi presidida pelo membro da Comissão Especial para a aplicação da citada Prova de Conceito, Rafael Dias – Procurador Municipal – Matrícula nº : 0.0101011.1, com a presença da Procuradora Municipal Maria Gabrielly Menezes – Matrícula nº 00005957.1 e do Técnico em Informática, Sr GABRIEL LIRA GUIMARÃES, Mat.: 4.0100203.3, conforme portaria PORTARIA PGM No 05, DE 21/2023, e do representante da empresa COREPLAN GESTÃO TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 17.926.240/0001-14, empresa licitante classificada em segundo lugar.

A empresa PIX FORCE fez a apresentação do seu sistema, com vistas à demonstração do cumprimento dos requisitos elencados no Termo de Referência, enviando planilha por e-mail, anexa à presente ata, na qual constam todos os itens que a citada empresa atende e os quais demandam desenvolvimento. Após toda a análise, os membros da comissão responsáveis pela avaliação quanto ao atendimento do conjunto de requisitos elencados no Termo de Referência, emitirão parecer conclusivo, que será anexado ao processo. Não tendo mais nada a declarar, o presidente encerrou a sessão às quinze horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata que, após lida e se achada conforme, foi assinada pelos presentes na sessão.

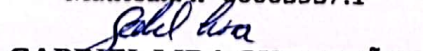
Membros da Comissão


Rafael Dias

Matricula nº : 0.0101011.1


Maria Gabrielly Menezes

Matricula nº 00005957.1


GABRIEL LIRA GUIMARÃES
Mat.: 4.0100203.3

Representantes da Empresa PIX FORCE - CNPJ n. 25.161.678/0001-87

Keyth Viana
CPF nº 034.754.881-40

DocuSigned by:
Keyth Viana
46BAD17F2F7443B...

Rosana Guse
CPF nº 081.082.709-36

DocuSigned by:
Rosana Guse
EAB992A1B507403...

Vinicius Aquino
CPF nº 012.777.016-01

DocuSigned by:
Vinicius Aquino
F5FEE9888FA74B5...

COREPLAN GESTÃO TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA CNPJ 17.926.240/0001-14

KARLOS EMANUEL VIEIRA DE FREITAS:03617928323
Assinado de forma digital por KARLOS EMANUEL VIEIRA DE FREITAS:03617928323
Dados: 2023.11.24 15:40:51 -03'00'

KARLOS EMANUEL VIEIRA DE FREITAS
CPF Nº 036.179.283-23

GILSON MACIEL VIRGÍNIO FILHO
CPF Nº 076.597.723-09



Documento assinado digitalmente
GILSON MACIEL VIRGÍNIO FILHO
Data: 24/11/2023 15:45:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

possua convênio ou outro instrumento congênere com o órgão gestor do banco de dados, potencializando as oportunidades de localização dos devedores.	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
1.1 Inteligência Artificial e Automação			
1.1.1 O sistema deverá ser dotado de Inteligência Artificial e automação de fluxos e atividades, com capacidade para reconhecer e interpretar conteúdos de peças processuais, citações e intimações e a partir dessa interpretação promover as classificações necessárias e as ações automatizadas pré-definidas.		x	
1.1.1.1 Ao receber novas ações, deverá realizar a leitura do inteiro teor da petição inicial, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação automática dos assuntos, e da especializada responsável por atuar no processo remetendo-a para distribuição neste local;		x	
1.1.1.2 Ao receber as citações e intimações, deverá realizar a leitura do inteiro teor, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação, como "Sentença desfavorável", "Exceção de pré-executividade", "Sentença de extinção pelo pagamento", "Citação com antecipação de tutela", "Citação com antecipação de tutela e manifestação prévia em 48 horas", por exemplo;		x	
1.1.1.3 Após a classificação automática das citações e intimações o sistema deverá sugerir as manifestações aplicáveis com os respectivos prazos judiciais em conformidade com o Novo CPC;		x	
1.1.2 Permitir a configuração dinâmica de automatizações utilizando Inteligência Artificial, fluxos com notação BPMN, tarefas automatizadas e modelos de documentos, onde seja possível definir a execução de tarefas e/ou elaboração automática de petições no lançamento de determinados andamentos em processos com determinadas características ou histórico processual. Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:		x	
1.1.2 Ao receber intimações dando ciência de que a citação da Execução Fiscal foi negativa, buscar automaticamente endereços alternativos junto a Receita Federal ou outras fontes, elaborar automaticamente a petição requerendo a citação postal em novo endereço e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador; Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:		x	
1.1.2.2 Nos casos de parcelamentos cancelados elaborar automaticamente a petição requerendo o prosseguimento do feito com o valor atualizado e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.3 Nos casos de parcelamentos concedidos elaborar automaticamente a petição requerendo a suspensão do feito, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que não estejam parceladas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.4 Nos casos de dívidas quitadas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.5 Nos casos de dívidas canceladas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.2 Integração com sistema Dívida Ativa			
1.2.1 Disponibilizar interface de integração com o sistema de gestão da Dívida Ativa utilizado pelo município, preferencialmente baseada em Webservice, permitindo que, ao inscrever uma dívida, ou sempre que a situação da dívida inscrita for alterada, como nos casos de parcelamento, cancelamento e quitação, o sistema proposto neste termo de referência receba esta informação para atualização da base de dados da procuradoria, bem como realizar os encaminhamentos jurídicos necessários;		x	
1.2.2 Os dados a serem recepcionados deverão ser suficientes para emissão dos documentos de CDA e Petição inicial necessários ao ajuizamento da Execução, bem como os necessários para gestão da Execução Fiscal;		x	
1.2.3 A integração deverá estar preparada para receber a situação atual da dívida ativa, sendo capaz de identificar automaticamente os seguintes eventos:		x	
1.2.4.1 Inscrição de uma de nova CDA: As CDAs incluídas deverão ser automaticamente disponibilizadas para ajuizamento através de rotina específica;		x	
1.2.4.2 Parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite a suspensão do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a suspensão da execução, desde que não existam outras dívidas não parceladas na mesma execução fiscal.		x	
1.2.4.3 Perda de parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite o prosseguimento do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo o prosseguimento do feito.		x	
1.2.4.4 Quitação da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo pagamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.		x	
1.2.4.5 Cancelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo cancelamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.		x	
1.2.5 As notificações de suspensão e extinção de processos devem ser geradas sempre se avaliando o conjunto de CDAs que compõem a execução, ou seja, uma extinção somente poderá ser sugerida se todas as CDAs da referida execução estiverem baixadas. Da mesma forma, a notificação para suspensão do processo somente poderá ser gerada se não existirem CDAs abertas e não parceladas		x	

compondo a Execução Fiscal.			X
1.2.7 Deverá dispor de serviço que informe ao sistema de gestão da dívida ativa dos ajuizamentos realizados.			X
1.3 Qualificação da dívida para cobrança			
1.3.1.1 Higienização automática de endereço de correspondência e telefones dos devedores			
1.3.1.1.2 Os endereços de correspondência do devedor, recebidos do sistema de gestão de dívida, deverão ser automaticamente validados junto a base de CEPs, conferindo a coerência do CEP, Bairro, Logradouro, Cidade e UF, devendo o sistema realizar automaticamente as correções necessárias quando possível;			X
1.3.1.1.3 Os logradouros incompletos ou com erros de ortografia deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema. 1.3.1.1.4 Os CEPs não informados deverão ser automaticamente preenchidos pelo sistema;			X
1.3.1.1.5 Os CEPs existentes que estejam inconsistentes com o logradouro, ou ainda com a numeração do endereço no logradouro, deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema;			X
1.3.1.1.6 Deverão ser considerados também os CEPs específicos para determinados endereços, bem como o tratamento diferenciado para CEPs de rodovias;			X
1.3.1.1.8 O sistema deverá realizar automaticamente a higienização dos endereços sempre que for realizada a geração de KITS			X
1.3.1.3 Enriquecimento automático de ENDEREÇOS de Correspondência e TELEFONES em nome dos devedores			
1.3.1.3.1 Como alguns endereços de correspondência do devedor estão ausentes ou não podem ser higienizados em função da baixa qualidade, ou ainda podem também estarem desatualizados, o sistema deve dispor de serviço automatizado para busca de endereços alternativos dos devedores acessando base de dados da RECEITA FEDERAL ou outras fontes de dados que o a procuradoria			X
possua convênio ou outro instrumento congênere com o órgão gestor do banco de dados, potencializando as possibilidades de localização dos dados. O sistema deverá automaticamente			X
verificar endereços de correspondência do devedor já utilizados anteriormente e que resultaram em citação			X
negativa, de modo a impedir o ajuizamento/cobrança com endereços já identificados como negativos.			X
1.3.1.3.2.1.1.1 Nestes casos o sistema deverá automaticamente buscar um endereço, de modo que a inicial seja elaborada com o novo endereço encontrado;			X
1.3.1.3.2.1.1.2 Se os endereços retornados na busca automática já constarem nos registros do sistema			X
com resultado negativo na citação o sistema			X
1.4 Cobrança Judicial de créditos inscritos em dívida ativa			
1.4.2 Geração dos Kits			
1.4.2.1 A geração dos KITS deverá ser realizada automaticamente de acordo com agendamento prévio, ou imediatamente quando desejado			X
1.4.2.2 O sistema deverá dispor de interface para agendar a geração dos KITS de ajuizamento, incluindo critérios de seleção das CDAs a serem ajuizadas, a periodicidade da execução do agendamento e critérios para agrupamento de CDAs de um mesmo devedor em uma única execução fiscal.			X
1.4.2.2.2 O sistema deverá dispor de interface que permita visualizar o status do agendamento, bem como seu histórico. A interface deve também permitir a interrupção de uma execução que esteja em andamento;			X
1.4.2.2.4 A execução dos agendamentos deverá ocorrer no servidor da aplicação, evitando a necessidade de manter estações de trabalho ligadas nos horários agendados para execução.			X
1.4.2.4 As petições iniciais devem ser automaticamente endereçadas para a justiça estadual e federal, conforme a qualidade da parte.			X
1.4.2.5 Permitir a geração de processos com agrupamento de débitos de um mesmo devedor, permitindo indicar a quantidade máxima de CDAs a serem agrupadas em um único processo.			X
1.4.3 Assinatura dos Kits de Ajuizamento para execução fiscal eletrônica			
1.4.3.1 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as CDAs em lote.			X
1.4.3.2 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as Petições Iniciais em lote.			X
1.4.3.3 Após iniciada a assinatura digital do lote de CDAs ou Petições Iniciais, o sistema deverá continuar a assinatura dos demais itens do lote sem bloquear o computador do usuário, ou seja, o sistema deverá permanecer aberto, mas o usuário poderá utilizar outras funcionalidades enquanto os documentos são assinados.			X
1.4.4 As execuções fiscais geradas para ajuizamento em unidade judicial que não disponha de integração devem ser exibidas em fluxo de trabalho específico para que o responsável registre manualmente o número do processo após o respectivo ajuizamento.			X
1.4.4 Ajuizamento de Execuções Fiscais			
1.4.4.1 Para execuções a serem ajuizadas no Tribunal de Justiça do Estado, o sistema deve dispor de mecanismo para ajuizamento eletrônico automático em lote dos KIT que já estejam devidamente assinados.			X
1.4.4.2 O sistema deverá dispor de mecanismo para reenviar os KIT para ajuizamento para os casos de eventual indisponibilidade do Web Service do Judiciário.			X
1.4.4.3 Os casos de falhas no envio para ajuizamento, cujo reenvio não foi satisfatório, devem ser explicitados, sem a necessidade de consulta periódica.			X
1.4.4.5 Concluído o ajuizamento eletrônico da Execução, o número do processo, gerado pelo Tribunal de Justiça, deve ser imediatamente armazenado no sistema.			X
1.5 Integração com os Tribunais de Justiça			

1.5.1 Possuir interface de integração em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, definido pelo CNJ, ou modelo definido pelo próprio Tribunal.		x	
1.5.2 A integração deverá contemplar o 1o grau, 2o grau e Colégios Recursais se disponibilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.		x	
1.5.3 Citações e Intimações eletrônicas			
1.5.3.1 Permitir que o Procurador Geral, ou a quem delegar, visualize as citações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.		x	
1.5.3.2 Permitir que o procurador vinculado ao processo visualize as intimações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.		x	
1.5.3.3 Para as citações e intimações não recebidas voluntariamente, ao término do prazo de carência o sistema deverá automaticamente importar os respectivos dados junto ao judiciário gerando os registros necessários para gestão da demanda no sistema.		x	
1.5.3.4 Ao receber uma citação, ou intimação em processo ainda inexistente, o sistema deverá realizar o cadastro automático do referido processo, reutilizando todos os dados obtidos junto ao judiciário, como Classe, Assunto, Partes e Juízo.		x	
1.5.3.5 Possuir controle para cadastramento automatizado dos incidentes e recursos vinculando-os adequadamente aos processos originários.		x	
1.5.3.6 Possuir ferramenta para classificação automática das intimações e citações recebidas. Para tanto, o sistema deverá utilizar inteligência artificial, sendo capaz de identificar o tipo de andamento a partir do teor da intimação, e não a partir do código de andamento processual utilizado pelo Tribunal, visto que este pode induzir o procurador ao erro.		x	
1.5.3.6.1 Eventualmente o sistema poderá não conseguir classificar automaticamente a intimação/citação, normalmente em virtude da especificidade do teor do documento. Nestes casos o sistema deverá permitir que o procurador possa manualmente classificar a intimação/citação.		x	
1.5.4 Acesso aos autos digitais			
1.5.4.1 Manter a pasta digital interna de acompanhamento do processo devidamente sincronizada com os autos digitais dos Tribunais integrados quando a integração disponibilizada pelo judiciário assim permitir, evitando a necessidade de acesso manual ao portal.		x	
1.5.5 Protocolo de Petições			
1.5.5.1 Permitir que as peças elaboradas em processos eletrônicos, que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado, possam ser protocoladas eletronicamente diretamente pelo sistema, sem a necessidade de acesso ao portal do judiciário.		x	
1.5.5.2 O recibo eletrônico, obtido ao concluir o protocolo, deverá ser automaticamente armazenado permitindo consulta futura para comprovação de protocolo.		x	
1.5.5.3 Quando comandado no sistema o envio para o protocolo eletrônico em lote o sistema deverá automaticamente gerenciar todo o envio, inclusive realizando novas tentativas de envio para o caso de indisponibilidade temporária do Web Services no Tribunal de Justiça. A estação de trabalho do procurador não deverá permanecer bloqueada enquanto esta operação é concluída, ou seja, deve ser possível ao usuário continuar a operar outras funcionalidades do sistema, inclusive enviar peças para protocolo eletrônico. Web Services do Tribunal persista o sistema deverá possibilitar o download ou impressão da petição para peticionamento manual ou via portal.		x	
1.5.5.4 Deverá possuir controle de petições concluídas e que aguardam protocolização.		x	
1.5.5.4 Realizar automaticamente a compactação e fracionamento dos documentos anexados, de modo que arquivos PDFs contendo várias páginas não sejam rejeitados pelo webservice do judiciário em função do tamanho deste.		x	
1.6 Cadastro de Pessoas			
1.6.1 Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, vinculando-as aos respectivos processos e débitos.		x	
1.6.2 Dispor de campos específicos para o armazenamento dos dados de cadastro das pessoas junto aos órgãos públicos federais e estaduais, por tipo e número do documento, endereços, bens, telefones, e-mails.		x	
1.6.3 Permitir a localização das pessoas pelo nome, devendo retornar também pessoas com nomes semelhantes, exibindo o resultado ordenado dos mais próximos para os menos próximos dos termos pesquisados.		x	
1.6.4 Possuir local específico para formação do dossiê eletrônico da pessoa, permitindo o armazenamento de documentos e notas relevantes para o acompanhamento dos processos em que elas forem partes.		x	
1.6.5 Permitir a anotação de Falências e Recuperação Judicial, que permita a geração de documentos para peticionamento nos processos dessa pessoa em lote.		x	
1.6.6 Possuir funcionalidade para classificar as pessoas conforme critérios estabelecidos pela procuradoria, diferenciando-as conforme essa classificação, como "Pessoa estratégica" e "Grandes devedores".		x	
1.7 Cadastro de Processos Judiciais			
1.7.1 Disponibilizar interface de cadastro de processos judiciais contendo, no mínimo, as informações básicas fornecidas pelo judiciário (número do processo, órgão judicial, classe, dados das partes, assuntos e valor da causa).		x	
1.7.2 Permitir o funcionamento de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado, permitindo o cadastramento otimizado do processo a partir da inserção do número unificado do CNJ.		x	
1.7.5 A partir do assunto do processo o sistema deverá automaticamente identificar a especializada responsável pelo processo, exceto para os assuntos de responsabilidade de mais de uma especializada.		x	
1.8 Distribuição de Processos e Intimações			
1.8.1 Permitir o cadastro e gestão das procuradorias especializadas, indicando seu chefe, matérias de sua competência, e quadro de vagas de procuradores.		x	
1.8.2 Permitir o cadastro e gestão das vagas de procuradores de uma especializada, indicando o procurador vinculado e eventuais especialidades.		x	

1.8.3 Permitir a distribuição de processos de forma automática ou direcionada.		x	
1.8.4 Permitir especificar tipos de processos em que a distribuição deva ser realizada automaticamente, sem passar pela avaliação do chefe da especializada, e tipos de processos que a distribuição deve ser remetida para avaliação da chefia, como (a) Grandes valores, (b) Partes específicas/sindicatos e (c) Citação com liminar/tutela.		x	
1.8.5 A cada intimação encaminhada a uma vaga o sistema deverá atribuir a esta a pontuação relacionada a respectiva complexidade, que pode ser atribuída pelo tipo de andamento e classe do processo, mesmo nos casos onde o processo já esteja distribuído.		x	
1.8.6 Deverá ser possível configurar o desvio máximo de pontuação entre as vagas da especializada nos últimos X dias, permitindo que o sistema proativamente identifique que no período uma vaga esteja recebendo mais intimações que as demais e automaticamente distribua o excedente às demais vagas a até que se verifique a normalização da carga de trabalho.		x	
1.8.7 Para apoiar o chefe da especializada na distribuição direcionada de processos e intimações o sistema deverá dispor de um painel com informações complementares dos procuradores candidatos, como (a) acervo de processos; (b) demandas recebidas no período; (c) demandas em aberto, de modo destacar situações onde o volume de demandas em aberto para determinado procurador possa por em risco o cumprimento dos prazos.		x	
1.8.9 Permitir a distribuição automática de processos de execução fiscal na fase de geração dos kits para ajuizamento eletrônico.		x	
1.8.12 Permitir que temporariamente uma vaga fique sem procurador vinculado fornecendo mecanismos que permitam definir o destino das intimações recebidas nos processos desta vaga enquanto estiver sem procurador, sendo possível no mínimo:		x	
1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.14 Permitir a solicitação de redistribuições definitivas ou provisórias, através de fluxo de aprovação pré-definido pela procuradoria.		x	
1.8.15 Permitir que em determinadas fases do processo, como embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade, o processo ou intimação sejam automaticamente enviados para distribuição na especializada competente, que pode ser diferente da especializada responsável pela Execução Fiscal.		x	
1.9 Andamentos processuais			
1.9.1 Além das movimentações registradas automaticamente quando do recebimento de citações e intimações eletrônicas via integração, o sistema deverá permitir o lançamento manual para as intimações recebidas via Oficial de Justiça, publicações ou ainda eletronicamente de Tribunais onde não esteja habilitada a integração.		x	
1.9.3 O sistema deverá aplicar mecanismos de Inteligência Artificial em todas as citações e intimações classificando-as automaticamente quanto o tipo de andamento judicial recebido (Citação, Citação com antecipação de tutela, Sentença desfavorável, Acórdão favorável...);		x	
1.9.4 O sistema deverá sugerir ao procurador, manifestações aplicáveis para cada tipo de andamento judicial cadastrada, seguindo os regramentos previstos nos Códigos processuais Civil, Trabalhista e Tributário.		x	
1.9.4.1 Para cada manifestação sugerida, o sistema deverá apresentar o prazo previsto para peticionamento, respeitando as particularidades da Justiça Comum e dos Juizados Especiais.		x	
1.10 Fluxo de trabalho			
1.10.1 Possuir interface de trabalho cooperativo, que organize as demandas de cada usuário, enfatizando as demandas que aguardam ações dos usuários, sem prejuízo a gestão dos prazos processuais.		x	
1.10.2 O sistema deverá disponibilizar fluxos de trabalho devidamente configurados para que, de maneira intuitiva, o usuário seja direcionado a operar o sistema de forma organizada, minimizando erros, melhorando as condições de trabalho e aumentar a eficiência operacional, distribuindo automaticamente aos grupos de usuários, as tarefas necessárias às diversas etapas do processo que lhes forem previamente atribuídas.		x	
1.10.2.1 Independentemente da classificação a que se refere este item, o sistema deverá apresentar, em local específico, a relação de todas as intimações, ordenadas por vencimento, incluindo o status das atividades pertinentes ao cumprimento da demanda, visando a gestão efetiva dos prazos.		x	
1.10.3 Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos. Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos.		x	
1.10.4 As demandas devem ser automaticamente agrupadas conforme a espécie, a providência ou a(s) manifestação(ões) processual(is) esperada(s).		x	
1.10.5 Possuir interface em forma de calendário que exiba as audiências agendadas.		x	
1.10.7 Permitir a realização das atividades a partir das filas de trabalho de forma unitária e em lote, quando aplicáveis, tais como: elaboração de documentos, recebimento de intimações, assinatura de documentos, etc.		x	
1.10.8 Para cada andamento lançado em um processo, ou recebido via integração com o sistema do Tribunal de Justiça, o sistema deverá sugerir as manifestações cabíveis para o tipo de intimação, bem como apresentar os respectivos prazos conforme o entendimento adotado pela justiça na qual tramita e o procedimento. É prerrogativa do procurador escolher dentre as manifestações sugeridas ou utilizar outro tipo de manifestação.		x	
1.10.10 Disponibilizar fluxos de trabalho aos assessores permitindo a fácil identificação das suas demandas.		x	
1.10.11 Permitir ao procurador, encaminhar solicitações de elaboração de manifestações aos assessores.		x	

1.10.12 Disponibilizar fluxos de produção de documentos permitindo que as manifestações elaboradas pelos assessores sejam encaminhadas para revisão do procurador. O procurador poderá reencaminhar ao assessor para retificações do documento elaborado.				x
1.10.13 Permitir que os assessores retornem os documentos minutados para avaliação final do procurador.				x
1.10.14 Permitir que o procurador possa devolver a minuta ao estagiário para eventuais correções marcadas como anotações diretamente no corpo do documento minutado.				x
1.10.15 Permitir que o procurador possa editar a minuta elaborada realizando eventuais adequações, ou ainda a conclusão da peça com protocolo eletrônico, quando o processo permitir.				x
1.10.16 Permitir que o procurador possa solicitar ao chefe da especializada a dispensa de recurso/manifestação para determinada demanda, podendo o fluxo ainda percorrer a hierarquia de especializadas.				x
1.10.17 Permitir que o procurador possa solicitar ao setor responsável a revisão dos cálculos apresentados pela parte contrária, recebendo-os também via sistema para apolá-lo na manifestação.				x
1.10.18 Quando uma intimação possuir mais de uma manifestação agendada o sistema deve exibi-las de forma unificada, mesmo que possuam vencimentos diversos, a fim de facilitar o acompanhamento das tarefas;				x
1.10.19 Permitir aos chefes visualizarem as demandas em aberto dos procuradores e assessores vinculados a sua chefia.				x
1.10.20 Identificar visualmente as demandas de processos que possuam alguma classificação, como "Prioritário", "Estratégico", "Acompanhamento especial" ou ainda cuja parte possua alguma classificação, como "Grande devedor", "Pessoa estratégica", ou ainda possuir anotações de falência ou recuperação judicial.				x
1.11 Controle de autos para cargas de execuções fiscais físicas				
1.11.1 Permitir registrar as execuções recebidas em carga, inclusive realizando a distribuição automática entre os procuradores.				x
1.11.2 Permitir a remessa de autos entre as vagas da unidade.				x
1.11.3 Deve permitir registrar a devolução dos autos.				x
1.12 Patrimônio e Garantias:				
1.12.1 Possuir funcionalidade para o registro de patrimônio das pessoas cadastradas no sistema.				x
1.12.2 Deve permitir o controle de penhoras que recaiam sobre os bens, com indicação dos dados do processo em que foram determinadas.				x
1.12.3 Deve conter funcionalidade para a administração e controle de garantias oferecidas nos processos, tais como seguro garantia e carta de fiança, e data de vencimento, se houver.				x
1.13 Editor de Textos				
1.13.1 Disponibilizar editor de textos próprio, ou integração direta com editor de texto externo assumindo os eventuais custos das licenças necessárias para todos os usuários quando o editor de texto utilizado assim o exigir;				x
1.13.2 O editor de textos deve possuir minimamente as seguintes funcionalidades:				x
1.13.2.1 Formatações de texto quanto ao tamanho da fonte, negrito, itálico, sublinhado e cor;				x
1.13.2.2 Edição rápida de textos com recursos para copiar, recortar e colar;				x
1.13.2.3 Inserção de marcadores, numeração, alinhamento, linha e espaçamento entre parágrafos;				x
1.13.2.4 Aplicação de estilos, como cabeçalhos, títulos e citações;				x
1.13.2.5 Inserção de imagens existentes no computador local ou coladas da área de transferência (Copiar e Colar);				x
1.13.2.6 Inserção de hiperlinks para abertura de páginas web, permitindo assim incluir nas petições o acesso rápido às referências externas;				x
1.13.2.7 Permitir a exportação em formato PDF mantendo os hiperlinks funcionais;				x
1.13.2.8 Salvamento automático do documento;				x
1.13.2.9 Controle de alterações realizadas no documento, permitindo a rápida identificação visual destas alterações, inclusive realizadas por outros usuários, bem como a navegação direta entre elas, podendo aceitá-las ou rejeitá-las;				x
1.13.2.10 Visualização e inserção de comentários vinculados visualmente a trechos do documento, facilitando as revisões e orientações em documentos minutados por assessores;				x
1.13.2.11 Inserção e edição de tabelas, incluindo formatação de largura das colunas e altura dos campos;				x
1.13.2.12 Localização e substituição de textos;				x
1.13.2.13 Inserção de notas de rodapé vinculadas aos termos vinculados, de forma que a nota seja exibida apenas na página onde o termo se encontra;				x
1.13.2.14 Inserção de cabeçalhos e rodapés, repetindo-se automaticamente em todas as páginas;				x
1.13.2.15 Inserção de numerador automático de páginas;				x
1.13.2.16 Formatação de parágrafos com alinhamento à esquerda, à direita ou centralizados;				x
1.13.2.17 Revisão ortográfica e gramatical;				x
1.13.2.18 Coautoria em tempo real, permitindo que mais de um usuário possam trabalhar simultaneamente em um documento, como o procurador e um assessor;				x
1.13.2.19 Contagem de palavras;				x
1.13.2.20 Controle de zoom permitindo ampliação e redução da visualização do documento em edição;				x
1.13.2.21 Formação rápida de textos copiando a formatação existente em outras partes do texto;				x
1.14 Elaboração de peças				
1.14.1 Permitir a emissão de documentos a partir de modelos pré-definidos.				x
1.14.2 Permitir ao usuário a criação dinâmica de modelos de documento a partir de modelos de documentos já existentes;				x

1.14.3 Permitir definir os modelos a serem disponibilizados para uso por todos os usuários da instituição, modelos a serem disponibilizados para uso apenas dos usuários lotados em determinada especializada e modelos a serem disponibilizados para uso por um procurador e seus assessores diretamente vinculados à instância nos modelos, como número do processo, classe, nome das partes, nome do procurador e data atual, de modo que a emissão de documentos a partir deste modelo resulte no preenchimento automático dos dados contidos nos respectivos processos.			x
1.14.4.1 Para casos onde não seja necessário a edição do documento gerado, o sistema deve permitir a rápida emissão sem abertura do editor e já disponibilizando envio para protocolo.			x
1.14.5 Permitir a organização dos modelos localizando-os de acordo com o tipo de peça (Contestação, Apelação, Extinção, Suspensão, etc.);			x
1.14.6 Para elaboração das manifestações, permitir a localização de modelos a partir da busca no inteiro teor aplicando conceito de busca aproximada/imprecisão (fuzziness), de modo que primeiro sejam exibidos os modelos com teor maior relevância em relação aos argumentos de pesquisa, seguindo com os demais na mesma ordem de relevância.			x
1.14.7 As peças elaboradas devem automaticamente incluir um registro no andamento do respectivo processo facilitando a identificação do seu histórico.			x
1.14.7.1 Deverá ser possível também configurar no modelo de documento um texto resumido a ser lançado no andamento do processo para facilitar o acompanhamento.			x
1.14.8 Quando aplicável, deverá permitir a produção de documentos em lote a partir de um modelo pré-definido.			x
1.14.8.1 Deverá permitir, com uma única seleção, a inclusão de um mesmo anexo para todas as peças no lote.			x
1.14.9 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento;			x
1.14.10 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento de acordo com a vinculação de modelo a ser utilizado nos modelos vinculados que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento. Assim, ao elaborar um documento com o modelo A que tenha o modelo B vinculado, o sistema deverá automaticamente emitir também um documento utilizando o modelo B.			x
1.14.12 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, que o PDF da(s) CDA(s) do respectivo processo devem ser automaticamente anexadas ao documento elaborado.			x
1.14.13 Ao elaborar um documento, permitir a inclusão de arquivos PDFs locais como anexos da peça, inclusive permitindo a múltipla seleção desses arquivos para rápida anexação.			x
1.14.14 A inclusão de anexos deve ser possível também nas minutas elaboradas pelos assessores/estagiários;			x
1.14.15 Ao elaborar um documento, permitir anexar diretamente qualquer documento contido na pasta do processo.			x
1.14.16 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica apenas para processo que possuam dívidas de determinadas categorias (IPTU, ISS...);			x
1.14.17 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica para processos de determinadas matérias, assuntos e classes;			x
1.14.18 Permitir a configuração de modelos de documentos de maneira a possibilitar a assinatura digitalizada do firmatário.			x
1.14.19 Ao concluir a peça, o sistema deve identificar automaticamente os casos em que for possível o protocolo eletrônico utilizando a integração com o Tribunal, situação em que deverá permitir ao procurador a assinatura digital seguido do respectivo protocolo eletrônico. Para os demais casos o sistema deverá exportar a peça em formato PDF ou realizar a impressão do documento.			x
1.15 Controle de documentos digitais			
1.15.1 Deverá dispor de recursos de armazenamento e gestão de documentos digitais e digitalizados.		x	
1.15.2 Deverá organizar de forma visual os documentos que compõem os processos cadastrados, formando uma pasta digital equivalente aos autos físicos para cada processo.			x
1.15.3 Permitir a inclusão automática de documentos produzidos diretamente no sistema.			x
1.15.4 Permitir a incorporação de documentos em formato PDF em ordem cronológica de inserção e/ou produção associando-o ao respectivo andamento do processo facilitando a localização dos respectivos documentos, sem a necessidade de visualização página a página para sua localização.			x
1.15.6 Permitir a exportação de documentos da pasta digital para arquivos em formato PDF.			x
1.15.8 Documentos que possuam anexos devem ser exibidos com esta identificação facilitando a visualização destes anexos sem a necessidade de localização na pasta digital			x
1.15.9 Deverá permitir a navegação contínua entre os documentos que compõem a pasta do processo, de modo que ao chegar ao final da última página do documento em exibição a primeira página do próximo documento aberto passe a ser automaticamente exibida.			x
1.16 Resultado econômico do Processo			
1.16.1 Possuir funcionalidade para apuração do resultado econômico do processo, conforme critérios de cálculo ou informações lançadas.			x
1.16.2 Dispor de comparação de valores informados ao longo da tramitação processual, atualizando os registros pretéritos para a data da comparação.			x
1.17 Consulta de Processos			

1.17.1 Possuir tela de consulta de processos que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número unificado de processo (padrão CNJ); (b) Assunto; (c) Classe do processo; (d) Nome do procurador vinculado; (e) Nome da parte; (f) Especializada; (g) Procurador; (h) Julzo; (i) Número da CDA; (j) Situação da CDA; (k) Data de inscrição da CDA; (l) Valor da CDA; (m) Qualificação do Processo; (n) Qualificação da parte;		x	
1.17.2 Quando a consulta de processos for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;		x	
1.18 Consulta de Dívidas			
1.18.1 Possuir tela de consulta de Dívidas que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número da CDA; (b) Data de inscrição; (c) Situação da CDA; (d) Nome do devedor; (e) Natureza do débito; (f) Tipo de débito; (g) Valores; (h) Número do processo judicial (para CDAs ajuizadas).		x	
1.18.2 Quando a consulta de CDAs for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;		x	
1.19 Relatórios diversos			
1.19.1 Permitir a geração e impressão de extratos do andamento do processo.		x	
1.19.2 Permitir a geração e impressão de relatório contendo os maiores devedores;		x	
1.19.3 Permitir a geração de relatórios contendo os processos suspensos, sobrestados e extintos;		x	
1.19.4 Permitir a geração de relatório de petições e documentos emitidos considerando o Procurador responsável e contendo, no mínimo, número do feito, nome do executado principal, data da emissão do documento, nome do usuário responsável pela emissão, totalizador indicando a quantidade e tipo de documento emitido;		x	
1.19.5 Permitir a geração de relatório de ações ajuizadas por exercício, contendo, no mínimo, as seguintes informações, quantidade ações propostas; ano do ajuizamento; número da(s) dívida(s), tipo da dívida, data de inscrição da dívida; valor da ação;		x	
1.20 Dashboard			
1.20.1 Disponibilizar ferramentas de Dashboard, onde ao selecionar uma informação o Dashboard deve filtrar as informações permitindo a exploração dinâmica a partir de vários ângulos possibilitando assim a identificação de insights.	x		
1.20.2 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de citações e intimações recebidas ao longo do tempo, permitindo a contabilização por tipo de andamento, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das citações/intimações recebidas.		x	
1.20.3 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de peças, permitindo a contabilização por tipo de peça elaborada, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das peças elaboradas		x	
1.20.4 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de dívidas da base de dados, permitindo a contabilização do montante por Tributo, Montante pela idade da dívida, Maiores devedores, Montante por tipo de pessoa (física/jurídica), Montante por ano de inscrição, Montante por ano de ajuizamento, Quantidade por ano de ajuizamento, e listagem das dívidas.		x	
1.20.5 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de processo na base de dados, permitindo a contabilização da quantidade por matéria do processo, classe do processo, assunto do processo, ano de ajuizamento, e listagem dos processos.		x	
TOTAL	2	181	

ITEM	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
1.1 Inteligência Artificial e Automação			
1.1.1 O sistema deverá ser dotado de Inteligência Artificial e automação de fluxos e atividades, com capacidade para reconhecer e interpretar conteúdos de peças processuais, citações e intimações e a partir dessa interpretação promover as classificações necessárias e as ações automatizadas pré- definidas.		x	
1.1.1.1 Ao receber novas ações, deverá realizar a leitura do inteiro teor da petição inicial, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação automática dos assuntos, e da especializada responsável por atuar no processo remetendo-a para distribuição neste local;		x	
1.1.1.2 Ao receber as citações e intimações, deverá realizar a leitura do inteiro teor, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação, como “Sentença desfavorável”, “Exceção de pré- executividade”, “Sentença de extinção pelo pagamento”, “Citação com antecipação de tutela”, “Citação com antecipação de tutela e manifestação prévia em 48 horas”, por exemplo;		x	
1.1.1.3 Após a classificação automática das citações e intimações o sistema deverá sugerir as manifestações aplicáveis com os respectivos prazos judiciais em conformidade com o Novo CPC;		x	
1.1.2 Permitir a configuração dinâmica de automatizações utilizando Inteligência Artificial, fluxos com notação BPMN, tarefas automatizadas e modelos de documentos, onde seja possível definir a execução de tarefas e/ou elaboração automática de petições no lançamento de determinados andamentos em processos com determinadas características ou histórico processual. Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:		x	
1.1.2 Ao receber intimações dando ciência de que a citação da Execução Fiscal foi negativa, buscar automaticamente endereços alternativos junto a Receita Federal ou outras fontes, elaborar automaticamente a petição requerendo a citação postal em novo endereço e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador; Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:		x	
1.1.2.2 Nos casos de parcelamentos cancelados elaborar automaticamente a petição requerendo o prosseguimento do feito com o valor atualizado e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.3 Nos casos de parcelamentos concedidos elaborar automaticamente a petição requerendo a suspensão do feito, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que não estejam parceladas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.4 Nos casos de dívidas quitadas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.5 Nos casos de dívidas canceladas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.2 Integração com sistema Dívida Ativa			

1.2.1 Disponibilizar interface de integração com o sistema de gestão da Dívida Ativa utilizado pelo município, preferencialmente baseada em WebService, permitindo que, ao inscrever uma dívida, ou sempre que a situação da dívida inscrita for alterada, como nos casos de parcelamento, cancelamento e quitação, o sistema proposto neste termo de referência receba esta informação para atualização da base de dados da procuradoria, bem como realizar os encaminhamentos jurídicos necessários;				X
1.2.2 Os dados a serem recepcionados deverão ser suficientes para emissão dos documentos de CDA e Petição inicial necessários ao ajuizamento da Execução, bem como os necessários para gestão da Execução Fiscal;				X
1.2.3 A integração deverá estar preparada para receber a situação atual da dívida ativa, sendo capaz de identificar automaticamente os seguintes eventos:				X
1.2.4.1 Inscrição de uma de nova CDA: As CDAs incluídas deverão ser automaticamente disponibilizadas para ajuizamento através de rotina específica;				X
1.2.4.2 Parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite a suspensão do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a suspensão da execução, desde que não existam outras dívidas não parceladas na mesma execução fiscal.				X
1.2.4.3 Perda de parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite o prosseguimento do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo o prosseguimento do feito.				X
1.2.4.4 Quitação da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo pagamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.				X
1.2.4.5 Cancelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo cancelamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema				X
deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.				X
1.2.5 As notificações de suspensão e extinção de processos devem ser geradas sempre se avaliando o conjunto de CDAs que compõem a execução, ou seja, uma extinção somente poderá ser sugerida se todas as CDAs da referida execução estiverem baixadas. Da mesma forma, a notificação para suspensão do processo somente poderá ser gerada se não existirem CDAs abertas e não parceladas				X
compondo a Execução Fiscal.				X
1.2.7 Deverá dispor de serviço que informe ao sistema de gestão da dívida ativa dos ajuizamentos realizados.				X
1.3 Qualificação da dívida para cobrança				
1.3.1.1 Higienização automática de endereço de correspondência e telefones dos devedores				
1.3.1.1.2 Os endereços de correspondência do devedor, recebidos do sistema de gestão de dívida, deverão ser automaticamente validados junto a base de CEPs, conferindo a coerência do CEP, Bairro, Logradouro, Cidade e UF, devendo o sistema realizar automaticamente as correções necessárias quando possível;				X

1.3.1.1.3 Os logradouros incompletos ou com erros de ortografia deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema. 1.3.1.1.4 Os CEPs não informados deverão ser automaticamente preenchidos pelo sistema;		x	
1.3.1.1.5 Os CEPs existentes que estejam inconsistentes com o logradouro, ou ainda com a numeração do endereço no logradouro, deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema;		x	
1.3.1.1.6 Deverão ser considerados também os CEPs específicos para determinados endereços, bem como o tratamento diferenciado para CEPs de rodovias;		x	
1.3.1.1.8 O sistema deverá realizar automaticamente a higienização dos endereços sempre que for realizada a geração de KITS		x	
1.3.1.3 Enriquecimento automático de ENDEREÇOS de Correspondência e TELEFONES em nome dos devedores			
1.3.1.3.1 Como alguns endereços de correspondência do devedor estão ausentes ou não podem ser higienizados em função da baixa qualidade, ou ainda podem também estarem desatualizados, o sistema deve dispor de serviço automatizado para busca de endereços alternativos dos devedores acessando base de dados da RECEITA FEDERAL ou outras fontes de dados que o a procuradoria		x	
possua convênio ou outro instrumento congêneres com o órgão gestor do banco de dados, potencializando as oportunidades de localização dos devedores.		x	
1.3.1.3.2 Ao realizar a geração de KITS de ajuizamento o sistema deverá automaticamente verificar endereços de correspondência do devedor já utilizados anteriormente e que resultaram em citação		x	
negativa, de modo a impedir o ajuizamento/cobrança com endereços já identificados como negativos.		x	
1.3.1.3.2.1.1.1 Nestes casos o sistema deverá automaticamente buscar um endereço, de modo que a Inicial seja elaborada com o novo endereço encontrado;		x	
1.3.1.3.2.1.1.2 Se os endereços retornados na busca automática já constarem nos registros do sistema		x	
com resultado negativo na citação o sistema		x	
1.4 Cobrança Judicial de créditos inscritos em dívida ativa			
1.4.2 Geração dos Kits			
1.4.2.1 A geração dos KITS deverá ser realizada automaticamente de acordo com agendamento prévio, ou imediatamente quando desejado		x	
1.4.2.2 O sistema deverá dispor de interface para agendar a geração dos KITS de ajuizamento, incluindo critérios de seleção das CDAs a serem ajuizadas, a periodicidade da execução do agendamento e critérios para agrupamento de CDAs de um mesmo devedor em uma única execução fiscal.		x	
1.4.2.2.2 O sistema deverá dispor de interface que permita visualizar o status do agendamento, bem como seu histórico. A interface deve também permitir a interrupção de uma execução que esteja em andamento;		x	
1.4.2.2.4 A execução dos agendamentos deverá ocorrer no servidor da aplicação, evitando a necessidade de manter estações de trabalho ligadas nos horários agendados para execução.		x	
1.4.2.4 As petições iniciais devem ser automaticamente endereçadas para a justiça estadual e federal, conforme a qualidade da parte.		x	
1.4.2.5 Permitir a geração de processos com agrupamento de débitos de um mesmo devedor, permitindo indicar a quantidade máxima de CDAs a serem agrupadas em um único processo.		x	
1.4.3 Assinatura dos Kits de Ajuizamento para execução fiscal eletrônica			

1.4.3.1 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as CDAs em lote.		x	
1.4.3.2 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as Petições Iniciais em lote.		x	
1.4.3.3 Após iniciada a assinatura digital do lote de CDAs ou Petições Iniciais, o sistema deverá continuar a assinatura dos demais itens do lote sem bloquear o computador do usuário, ou seja, o sistema deverá permanecer aberto, mas o usuário poderá utilizar outras funcionalidades enquanto os documentos são assinados.		x	
1.4.4.4 As execuções fiscais geradas para ajuizamento em unidade judicial que não disponha de integração devem ser exibidas em fluxo de trabalho específico para que o responsável registre manualmente o número do processo após o respectivo ajuizamento.		x	
1.4.4 Ajuizamento de Execuções Fiscais			
1.4.4.1 Para execuções a serem ajuizadas no Tribunal de Justiça do Estado, o sistema deve dispor de mecanismo para ajuizamento eletrônico automático em lote dos KIT que já estejam devidamente assinados.		x	
1.4.4.2 O sistema deverá dispor de mecanismo para reenviar os KIT para ajuizamento para os casos de eventual indisponibilidade do Web Service do judiciário.		x	
1.4.4.3 Os casos de falhas no envio para ajuizamento, cujo reenvio não foi satisfatório, devem ser explicitados, sem a necessidade de consulta periódica.		x	
1.4.4.5 Concluído o ajuizamento eletrônico da Execução, o número do processo, gerado pelo Tribunal de Justiça, deve ser imediatamente armazenado no sistema.		x	
1.5 Integração com os Tribunais de Justiça			
1.5.1 Possuir interface de integração em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, definido pelo CNJ, ou modelo definido pelo próprio Tribunal.		x	
1.5.2 A integração deverá contemplar o 1o grau, 2o grau e Colégios Recursais se disponibilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.		x	
1.5.3 Citações e Intimações eletrônicas			
1.5.3.1 Permitir que o Procurador Geral, ou a quem delegar, visualize as citações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.		x	
1.5.3.2 Permitir que o procurador vinculado ao processo visualize as intimações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.		x	
1.5.3.3 Para as citações e intimações não recebidas voluntariamente, ao término do prazo de carência o sistema deverá automaticamente importar os respectivos dados junto ao judiciário gerando os registros necessários para gestão da demanda no sistema.		x	
1.5.3.4 Ao receber uma citação, ou intimação em processo ainda inexistente, o sistema deverá realizar o cadastro automático do referido processo, reutilizando todos os dados obtidos junto ao judiciário, como Classe, Assunto, Partes e Juízo.		x	
1.5.3.5 Possuir controle para cadastramento automatizado dos incidentes e recursos vinculando-os adequadamente aos processos originários.		x	

1.5.3.6 Possuir ferramenta para classificação automática das intimações e citações recebidas. Para tanto, o sistema deverá utilizar inteligência artificial, sendo capaz de identificar o tipo de andamento a partir do teor da intimação, e não a partir do código de andamento processual utilizado pelo Tribunal, visto que este pode induzir o procurador ao erro.		X	
1.5.3.6.1 Eventualmente o sistema poderá não conseguir classificar automaticamente a intimação/citação, normalmente em virtude da especificidade do teor do documento. Nestes casos o sistema deverá permitir que o procurador possa manualmente classificar a intimação/citação.		X	
1.5.4 Acesso aos autos digitais			
1.5.4.1 Possuir mecanismo que mantenha a pasta digital interna de acompanhamento do processo devidamente sincronizada com os autos digitais dos Tribunais integrados quando a integração disponibilizada pelo judiciário assim permitir, evitando a necessidade de acesso manual ao portal.		X	
1.5.5 Protocolo de Petições			
1.5.5.1 Permitir que as peças elaboradas em processos eletrônicos, que tramitem no Tribunal de Justiça do Estado, possam ser protocoladas eletronicamente diretamente pelo sistema, sem a necessidade de acesso ao portal do judiciário.		X	
1.5.5.2 O recibo eletrônico, obtido ao concluir o protocolo, deverá ser automaticamente armazenado permitindo consulta futura para comprovação de protocolo.		X	
1.5.5.3 Quando comandado no sistema o envio para o protocolo eletrônico em lote o sistema deverá automaticamente gerenciar todo o envio, inclusive realizando novas tentativas de envio para o caso de indisponibilidade temporária do Web Services no Tribunal de Justiça. A estação de trabalho do procurador não deverá permanecer bloqueada enquanto esta operação é concluída, ou seja, deve ser possível ao usuário continuar a operar outras funcionalidades do sistema, inclusive enviar novas peças para protocolo eletrônico.		X	
1.5.5.3.1 Para os casos em que a indisponibilidade do Web Services do Tribunal persista o sistema deverá possibilitar o download ou impressão da petição para peticionamento manual ou via portal.		X	
1.5.5.4 Deverá possuir controle de petições concluídas e que aguardam protocolização.		X	
1.5.5.4 Realizar automaticamente a compactação e fracionamento dos documentos anexados, de modo que arquivos PDFs contendo várias páginas não sejam rejeitados pelo webservice do judiciário em função do tamanho deste.		X	
1.6 Cadastro de Pessoas			
1.6.1 Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, vinculando-as aos respectivos processos e débitos.		X	
1.6.2 Dispor de campos específicos para o armazenamento dos dados de cadastro das pessoas junto aos órgãos públicos federais e estaduais, por tipo e número do documento, endereços, bens, telefones, e-mails.		X	
1.6.3 Permitir a localização das pessoas pelo nome, devendo retornar também pessoas com nomes semelhantes, exibindo o resultado ordenado dos mais próximos para os menos próximos dos termos pesquisados.		X	
1.6.4 Possuir local específico para formação do dossiê eletrônico da pessoa, permitindo o armazenamento de documentos e notas relevantes para o acompanhamento dos processos em que elas forem partes.		X	
1.6.5 Permitir a anotação de Falências e Recuperação Judicial, que permita a geração de documentos para peticionamento nos processos dessa pessoa em lote.		X	

1.6.6 Possuir funcionalidade para classificar as pessoas conforme critérios estabelecidos pela procuradoria, diferenciando-as conforme essa classificação, como “Pessoa estratégica” e “Grandes devedores”.		x	
1.7 Cadastro de Processos Judiciais			
1.7.1 Disponibilizar interface de cadastro de processos judiciais contendo, no mínimo, as informações básicas fornecidas pelo judiciário (número do processo, órgão judicial, classe, dados das partes, assuntos e valor da causa).		x	
1.7.2 Permitir o funcionamento de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado, permitindo o cadastramento otimizado do processo a partir da inserção do número unificado do CNJ.		x	
1.7.5 A partir do assunto do processo o sistema deverá automaticamente identificar a especializada responsável pelo processo, exceto para os assuntos de responsabilidade de mais de uma especializada.		x	
1.8 Distribuição de Processos e intimações			
1.8.1 Permitir o cadastro e gestão das procuradorias especializadas, indicando seu chefe, matérias de sua competência, e quadro de vagas de procuradores.		x	
1.8.2 Permitir o cadastro e gestão das vagas de procuradores de uma especializada, indicando o procurador vinculado e eventuais especialidades.		x	
1.8.3 Permitir a distribuição de processos de forma automática ou direcionada.		x	
1.8.4 Permitir especificar tipos de processos em que a distribuição deva ser realizada automaticamente, sem passar pela avaliação do chefe da especializada, e tipos de processos que a distribuição deve ser remetida para avaliação da chefia, como (a) Grandes valores, (b) Partes específicas/sindicatos e (c) Citação com liminar/tutela.		x	
1.8.5 A cada intimação encaminhada a uma vaga o sistema deverá atribuir a esta a pontuação relacionada a respectiva complexidade, que pode ser atribuída pelo tipo de andamento e classe do processo, mesmo nos casos onde o processo já esteja distribuído.		x	
1.8.6 Deverá ser possível configurar o desvio máximo de pontuação entre as vagas da especializada nos últimos X dias, permitindo que o sistema proativamente identifique que no período uma vaga esteja recebendo mais intimações que as demais e automaticamente distribua o excedente às demais vagas a até que se verifique a normalização da carga de trabalho.		x	
1.8.7 Para apoiar o chefe da especializada na distribuição direcionada de processos e intimações o sistema deverá dispor de um painel com informações complementares dos procuradores candidatos, como (a) acervo de processos; (b) demandas recebidas no período; (c) demandas em aberto, de modo destacar situações onde o volume de demandas em aberto para determinado procurador possa por em risco o cumprimento dos prazos.		x	
1.8.9 Permitir a distribuição automática de processos de execução fiscal na fase de geração dos kits para ajuizamento eletrônico.		x	
1.8.12 Permitir que temporariamente uma vaga fique sem procurador vinculado fornecendo mecanismos que permitam definir o destino das intimações recebidas nos processos desta vaga enquanto estiver sem procurador, sendo possível no mínimo:		x	
1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.14 Permitir a solicitação de redistribuições definitivas ou provisórias, através de fluxo de aprovação pré-definido pela procuradoria.		x	

1.8.15 Permitir que em determinadas fases do processo, como embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade, o processo ou intimação sejam automaticamente enviados para distribuição na especializada competente, que pode ser diferente da especializada responsável pela Execução Fiscal.		x	
1.9 Andamentos processuais			
1.9.1 Além das movimentações registradas automaticamente quando do recebimento de citações e intimações eletrônicas via integração, o sistema deverá permitir o lançamento manual para as intimações recebidas via Oficial de Justiça, publicações ou ainda eletronicamente de Tribunais onde não esteja habilitada a integração.		x	
1.9.3 O sistema deverá aplicar mecanismos de Inteligência Artificial em todas as citações e intimações classificando-as automaticamente quanto o tipo de andamento judicial recebido (Citação, Citação com antecipação de tutela, Sentença desfavorável, Acórdão favorável...);		x	
1.9.4 O sistema deverá sugerir ao procurador, manifestações aplicáveis para cada tipo de andamento judicial cadastrada, seguindo os regramentos previstos nos Códigos processuais Civil, Trabalhista e Tributário.		x	
1.9.4.1 Para cada manifestação sugerida, o sistema deverá apresentar o prazo previsto para peticionamento, respeitando as particularidades da Justiça Comum e dos Juizados Especiais.		x	
1.10 Fluxo de trabalho			
1.10.1 Possuir interface de trabalho cooperativo, que organize as demandas de cada usuário, enfatizando as demandas que aguardam ações dos usuários, sem prejuízo a gestão dos prazos processuais.		x	
1.10.2 O sistema deverá disponibilizar fluxos de trabalho devidamente configurados para que, de maneira intuitiva, o usuário seja direcionado a operar o sistema de forma organizada, minimizando erros, melhorando as condições de trabalho e aumentar a eficiência operacional, distribuindo automaticamente aos grupos de usuários, as tarefas necessárias às diversas etapas do processo que lhes forem previamente atribuídas.		x	
1.10.2.1 Independentemente da classificação a que se refere este item, o sistema deverá apresentar, em local específico, a relação de todas as intimações, ordenadas por vencimento, incluindo o status das atividades pertinentes ao cumprimento da demanda, visando a gestão efetiva dos prazos.		x	
1.10.3 Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos. Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos.		x	
1.10.4 As demandas devem ser automaticamente agrupadas conforme a espécie, a providência ou a(as) manifestação(ões) processual(is) esperada(s).		x	
1.10.5 Possuir interface em forma de calendário que exiba as audiências agendadas.		x	
1.10.7 Permitir a realização das atividades a partir das filas de trabalho de forma unitária e em lote, quando aplicáveis, tais como: elaboração de documentos, recebimento de intimações, assinatura de documentos, etc.		x	
1.10.8 Para cada andamento lançado em um processo, ou recebido via integração com o sistema do Tribunal de Justiça, o sistema deverá sugerir as manifestações cabíveis para o tipo de intimação, bem como apresentar os respectivos prazos conforme o entendimento adotado pela justiça na qual tramita e o procedimento. É prerrogativa do procurador escolher dentre as manifestações sugeridas ou utilizar outro tipo de manifestação.		x	
1.10.10 Disponibilizar fluxos de trabalho aos assessores permitindo a fácil identificação das suas demandas.		x	
1.10.11 Permitir ao procurador, encaminhar solicitações de elaboração de manifestações aos assessores.		x	

1.10.12 Disponibilizar fluxos de produção de documentos permitindo que as manifestações elaboradas pelos assessores sejam encaminhadas para revisão do procurador. O procurador poderá reencaminhar ao assessor para retificações do documento elaborado.		X	
1.10.13 Permitir que os assessores retornem os documentos minutados para avaliação final do procurador.		X	
1.10.14 Permitir que o procurador possa devolver a minuta ao estagiário para eventuais correções marcadas como anotações diretamente no corpo do documento minutado.		X	
1.10.15 Permitir que o procurador possa editar a minuta elaborada realizando eventuais adequações, ou ainda a conclusão da peça com protocolo eletrônico, quando o processo permitir.		X	
1.10.16 Permitir que o procurador possa solicitar ao chefe da especializada a dispensa de recurso/manifestação para determinada demanda, podendo o fluxo ainda percorrer a hierarquia de especializadas.		X	
1.10.17 Permitir que o procurador possa solicitar ao setor responsável a revisão dos cálculos apresentados pela parte contrária, recebendo-os também via sistema para apoiá-lo na manifestação.		X	
1.10.18 Quando uma intimação possuir mais de uma manifestação agendada o sistema deve exibi-las de forma unificada, mesmo que possuam vencimentos diversos, a fim de facilitar o acompanhamento das tarefas;		X	
1.10.19 Permitir aos chefes visualizarem as demandas em aberto dos procuradores e assessores vinculados a sua chefia.		X	
1.10.20 Identificar visualmente as demandas de processos que possuam alguma classificação, como "Prioritário", "Estratégico", "Acompanhamento especial" ou ainda cuja parte possua alguma classificação, como "Grande devedor", "Pessoa estratégica", ou ainda possuir anotações de falência ou recuperação judicial.		X	
1.11 Controle de autos para cargas de execuções fiscais físicas			
1.11.1 Permitir registrar as execuções recebidas em carga, inclusive realizando a distribuição automática entre os procuradores.		X	
1.11.2 Permitir a remessa de autos entre as vagas da unidade.		X	
1.11.3 Deve permitir registrar a devolução dos autos.		X	
1.12 Patrimônio e Garantias:			
1.12.1 Possuir funcionalidade para o registro de patrimônio das pessoas cadastradas no sistema.		X	
1.12.2 Deve permitir o controle de penhoras que recaiam sobre os bens, com indicação dos dados do processo em que foram determinadas.		X	
1.12.3 Deve conter funcionalidade para a administração e controle de garantias oferecidas nos processos, tais como seguro garantia e carta de fiança, e data de vencimento, se houver.		X	
1.13 Editor de Textos			
1.13.1 Disponibilizar editor de textos próprio, ou integração direta com editor de texto externo assumindo os eventuais custos das licenças necessárias para todos os usuários quando o editor de texto utilizado assim o exigir;		X	
1.13.2 O editor de textos deve possuir minimamente as seguintes funcionalidades:		X	
1.13.2.1 Formatações de texto quanto ao tamanho da fonte, negrito, itálico, sublinhado e cor;		X	
1.13.2.2 Edição rápida de textos com recursos para copiar, recortar e colar;		X	
1.13.2.3 Inserção de marcadores, numeração, alinhamento, linha e espaçamento entre parágrafos;		X	

1.13.2.4 Aplicação de estilos, como cabeçalhos, títulos e citações;		X	
1.13.2.5 Inserção de imagens existentes no computador local ou coladas da área de transferência (Copiar e Colar);		X	
1.13.2.6 Inserção de hiperlinks para abertura de páginas web, permitindo assim incluir nas petições o acesso rápido às referências externas;		X	
1.13.2.7 Permitir a exportação em formato PDF mantendo os hiperlinks funcionais;		X	
1.13.2.8 Salvamento automático do documento;		X	
1.13.2.9 Controle de alterações realizadas no documento, permitindo a rápida identificação visual destas alterações, inclusive realizadas por outros usuários, bem como a navegação direta entre elas, podendo aceitá-las ou rejeitá-las;		X	
1.13.2.10 Visualização e inserção de comentários vinculados visualmente a trechos do documento, facilitando as revisões e orientações em documentos minutados por assessores;		X	
1.13.2.11 Inserção e edição de tabelas, incluindo formatação de largura das colunas e altura dos campos;		X	
1.13.2.12 Localização e substituição de textos;		X	
1.13.2.13 Inserção de notas de rodapé vinculadas aos termos vinculados, de forma que a nota seja exibida apenas na página onde o termo se encontra;		X	
1.13.2.14 Inserção de cabeçalhos e rodapés, repetindo-se automaticamente em todas as páginas;		X	
1.13.2.15 Inserção de numerador automático de páginas;		X	
1.13.2.16 Formatação de parágrafos com alinhamento à esquerda, à direita ou centralizados;		X	
1.13.2.17 Revisão ortográfica e gramatical;		X	
1.13.2.18 Coautoria em tempo real, permitindo que mais de um usuário possam trabalhar simultaneamente em um documento, como o procurador e um assessor;		X	
1.13.2.19 Contagem de palavras;		X	
1.13.2.20 Controle de zoom permitindo ampliação e redução da visualização do documento em edição;		X	
1.13.2.21 Formação rápida de textos copiando a formatação existente em outras partes do texto;		X	
1.14 Elaboração de peças			
1.14.1 Permitir a emissão de documentos a partir de modelos pré-definidos.		X	
1.14.2 Permitir ao usuário a criação dinâmica de modelos de documento a partir de modelos de documentos já existentes;		X	
1.14.3 Permitir definir os modelos a serem disponibilizados para uso por todos os usuários da instituição, modelos a serem disponibilizados para uso apenas dos usuários lotados em determinada especializada e modelos a serem disponibilizados para uso por um procurador e seus assessores diretamente vinculados;		X	
1.14.4 Permitir o uso de campos de mesclagem nos modelos, como número do processo, classe, nome das partes, nome do procurador e data atual, de modo que a emissão de documentos a partir deste modelo resulte no preenchimento automático dos dados contidos nos respectivos processos.		X	
1.14.4.1 Para casos onde não seja necessário a edição do documento gerado, o sistema deve permitir a rápida emissão sem abertura do editor e já disponibilizando envio para protocolo.		X	

1.14.5 Permitir a organização dos modelos localizando-os de acordo com o tipo de peça (Contestação, Apelação, Extinção, Suspensão, etc.);		x	
1.14.6 Para elaboração das manifestações, permitir a localização de modelos a partir da busca no inteiro teor aplicando conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que primeiro sejam exibidos os modelos com teor maior relevância em relação aos argumentos de pesquisa, seguindo com os demais na mesma ordem de relevância.		x	
1.14.7 As peças elaboradas devem automaticamente incluir um registro no andamento do respectivo processo facilitando a identificação do seu histórico.		x	
1.14.7.1 Deverá ser possível também configurar no modelo de documento um texto resumido a ser lançado no andamento do processo para facilitar o acompanhamento.		x	
1.14.8 Quando aplicável, deverá permitir a produção de documentos em lote a partir de um modelo pré-definido.		x	
1.14.8.1 Deverá permitir, com uma única seleção, a inclusão de um mesmo anexo para todas as peças no lote.		x	
1.14.9 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento;		x	
1.14.10 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento de acordo com o exercício da dívida associada ao processo;		x	
1.14.11 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, modelos vinculados que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento. Assim, ao elaborar um documento com o modelo A que tenha o modelo B vinculado, o sistema deverá automaticamente emitir também um documento utilizando o modelo B.		x	
1.14.12 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, que o PDF da(s) CDA(s) do respectivo processo devem ser automaticamente anexadas ao documento elaborado.		x	
1.14.13 Ao elaborar um documento, permitir a inclusão de arquivos PDFs locais como anexos da peça, inclusive permitindo a múltipla seleção desses arquivos para rápida anexação.		x	
1.14.14 A inclusão de anexos deve ser possível também nas minutas elaboradas pelos assessores/estagiários;		x	
1.14.15 Ao elaborar um documento, permitir anexar diretamente qualquer documento contido na pasta do processo.		x	
1.14.16 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica apenas para processo que possuam dívidas de determinadas categorias (IPTU, ISS...);		x	
1.14.17 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica para processos de determinadas matérias, assuntos e classes;		x	
1.14.18 Permitir a configuração de modelos de documentos de maneira a possibilitar a assinatura digitalizada do firmatário.		x	
1.14.19 Ao concluir a peça, o sistema deve identificar automaticamente os casos em que for possível o protocolo eletrônico utilizando a integração com o Tribunal, situação em que deverá permitir ao procurador a assinatura digital seguido do respectivo protocolo eletrônico. Para os demais casos o sistema deverá exportar a peça em formato PDF ou realizar a impressão do documento.		x	
1.15 Controle de documentos digitais			
1.15.1 Deverá dispor de recursos de armazenamento e gestão de documentos digitais e digitalizados.	x		

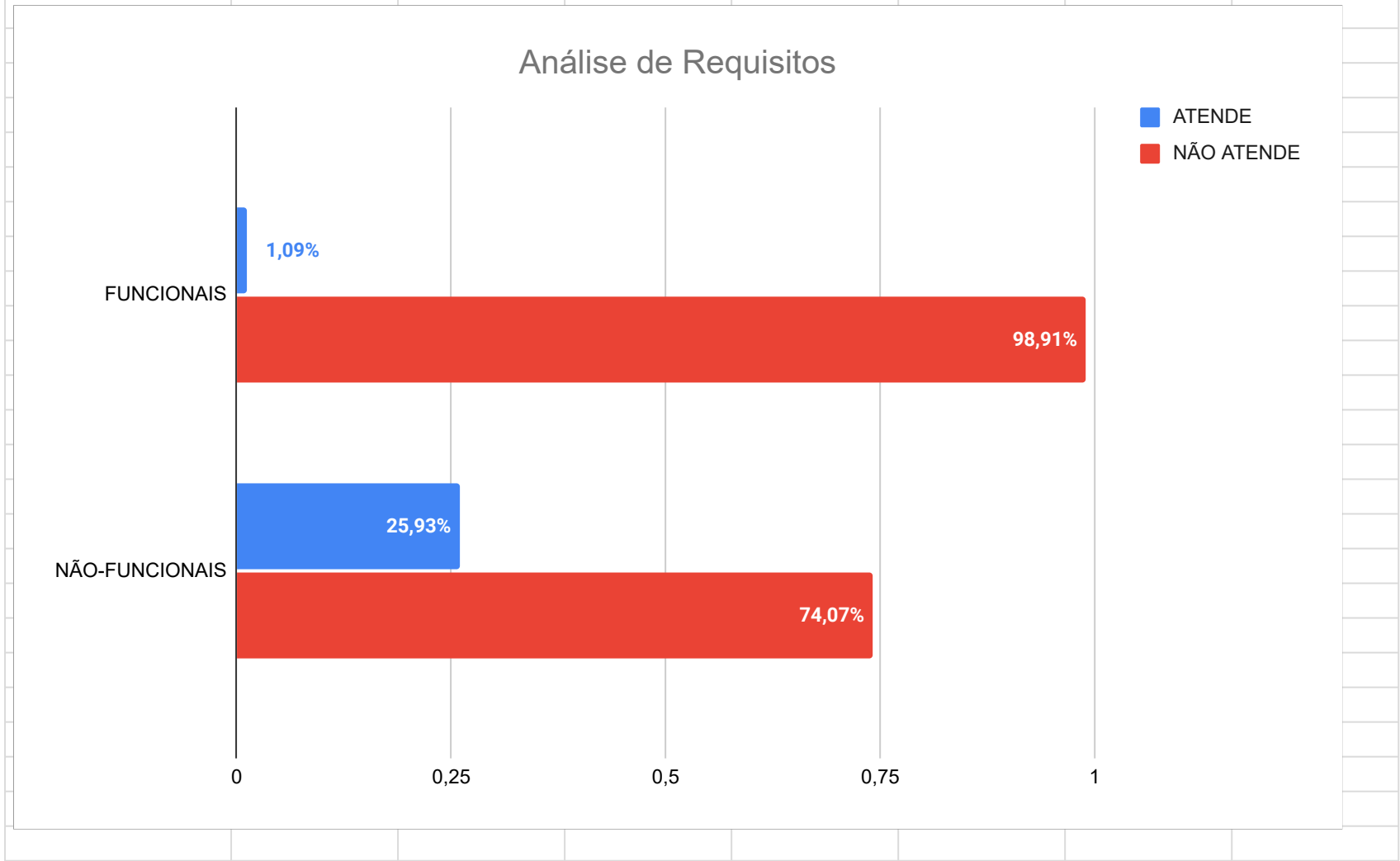
1.15.2 Deverá organizar de forma visual os documentos que compõem os processos cadastrados, formando uma pasta digital equivalente aos autos físicos para cada processo.		X	
1.15.3 Permitir a inclusão automática de documentos produzidos diretamente no sistema.		X	
1.15.4 Permitir a importação de documentos em formato PDF.		X	
1.15.5 Armazenar e apresentar os documentos do processo em ordem cronológica de inserção e/ou produção associando-o ao respectivo andamento do processo facilitando a localização dos respectivos documentos, sem a necessidade de visualização página a página para sua localização.		X	
1.15.6 Permitir a exportação de documentos da pasta digital para arquivos em formato PDF.		X	
1.15.8 Documentos que possuam anexos devem ser exibidos com esta identificação facilitando a visualização destes anexos sem a necessidade de localização na pasta digital		X	
1.15.9 Deverá permitir a navegação contínua entre os documentos que compõem a pasta do processo, de modo que ao chegar ao final da última página do documento em exibição a primeira página do próximo documento aberto passe a ser automaticamente exibida.		X	
1.16 Resultado econômico do Processo			
1.16.1 Possuir funcionalidade para apuração do resultado econômico do processo, conforme critérios de cálculo ou informações lançadas.		X	
1.16.2 Dispor de comparação de valores informados ao longo da tramitação processual, atualizando os registros pretéritos para a data da comparação.		X	
1.17 Consulta de Processos			
1.17.1 Possuir tela de consulta de processos que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número unificado de processo (padrão CNJ); (b) Assunto; (c) Classe do processo; (d) Nome do procurador vinculado; (e) Nome da parte; (f) Especializada; (g) Procurador; (h) Juízo; (i) Número da CDA; (j) Situação da CDA; (k) Data de inscrição da CDA; (l) Valor da CDA; (m) Qualificação do Processo; (n) Qualificação da parte;		X	
1.17.2 Quando a consulta de processos for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;		X	
1.18 Consulta de Dívidas			
1.18.1 Possuir tela de consulta de Dívidas que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número da CDA; (b) Data de inscrição; (c) Situação da CDA; (d) Nome do devedor; (e) Natureza do débito; (f) Tipo de débito; (g) Valores; (h) Número do processo judicial (para CDAs ajuizadas).		X	
1.18.2 Quando a consulta de CDAs for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;		X	
1.19 Relatórios diversos			
1.19.1 Permitir a geração e impressão de extratos do andamento do processo.		X	
1.19.2 Permitir a geração e impressão de relatório contendo os maiores devedores;		X	

1.19.3 Permitir a geração de relatórios contendo os processos suspensos, sobrestados e extintos;		x	
1.19.4 Permitir a geração de relatório de petições e documentos emitidos considerando o Procurador responsável e contendo, no mínimo, número do feito, nome do executado principal, data da emissão do documento, nome do usuário responsável pela emissão, totalizador indicando a quantidade e tipo de documento emitido;		x	
1.19.5 Permitir a geração de relatório de ações ajuizadas por exercício, contendo, no mínimo, as seguintes informações, quantidade ações propostas; ano do ajuizamento; número da(s) dívida(s), tipo da dívida, data de inscrição da dívida; valor da ação;		x	
1.20 Dashboard			
1.20.1 Disponibilizar ferramentas de Dashboard, onde ao selecionar uma informação o Dashboard deve filtrar as informações permitindo a exploração dinâmica a partir de vários ângulos possibilitando assim a identificação de insights.	x		
1.20.2 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de citações e intimações recebidas ao longo do tempo, permitindo a contabilização por tipo de andamento, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das citações/intimações recebidas.		x	
1.20.3 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de peças, permitindo a contabilização por tipo de peça elaborada, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das peças elaboradas		x	
1.20.4 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de dívidas da base de dados, permitindo a contabilização do montante por Tributo, Montante pela idade da dívida, Maiores devedores, Montante por tipo de pessoa (física/jurídica), Montante por ano de inscrição, Montante por ano de ajuizamento, Quantidade por ano de ajuizamento, e listagem das dívidas.		x	
1.20.5 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de processo na base de dados, permitindo a contabilização da quantidade por matéria do processo, classe do processo, assunto do processo, ano de ajuizamento, e listagem dos processos.		x	
TOTAL	2	181	

ITEM	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS DO SISTEMA			
2.1 Tecnologia empregada			
2.1.1 A interface de usuário do sistema deve ser implementada para ser acessível nativamente via browser WWW:	x		
2.1.2 A camada servidora (back-end) deve utilizar arquitetura de microserviços, reduzindo o problemático acoplamento de funcionalidades encontrado em sistemas monolíticos, de modo a simplificar e agilizar a manutenção do sistema, além de melhorar a performance e resiliência sem custos excessivos de infraestrutura a partir do escalonamento específico de cada microserviço.	x		
2.1.3 A camada cliente (front-end WEB) deve ser implementada utilizando os conceitos de SPA – Single Page Application permitindo melhor performance.	x		
2.1.4 A camada cliente (front-end WEB) deve possuir Design Responsivo, permitindo a utilização do sistema em dispositivos diversos, como desktops, tablets e celulares.	x		
2.1.4.1 Visualizar as demandas agrupadas por tipo de manifestação prevista;		x	
2.1.4.2 Visualização detalhada da demanda;		x	
2.1.4.3 Visualização e navegação na pasta digital do respectivo processo;		x	
2.1.4.4 Visualização de dados/detalhes do processo;		x	
2.1.4.5 Alteração do tipo de intimação/demanda;		x	
2.1.4.6 Alteração do tipo de manifestação agendada;		x	
2.1.4.7 Designação de assessor para minutar manifestação;		x	
2.1.4.8 Visualização da minuta elaborada pelo assessor;		x	
2.1.4.9 Solicitação de redistribuição do processo ou da intimação;		x	
2.1.4.10 Visualização da agenda de prazos;		x	
2.1.4.11 Visualização do calendário de audiências;		x	
2.1.4.12 Distribuir processos novos;		x	
2.1.4.13 Redistribuir processos e intimações mediante solicitação do procurador responsável;		x	
2.1.4.14 Redistribuir processos e intimações sem prévia solicitação do procurador responsável;		x	
2.1.4.15 Consultar Processos;		x	
2.1.4.16 Consultar Dívidas.		x	
2.1.6 Armazenar os dados em robusto SGDB como Oracle, DB2, SQL Server ou PostgreSQL.	x		
2.2 Usabilidade			
2.2.1 O sistema deve ser de fácil utilização, oferecendo interface gráfica amigável e intuitiva, compatível com aplicações WEB como Google e Facebook, que facilitam o aprendizado e operação mesmo sem treinamento.	x		
2.3 Segurança			

2.3.3 Todas as senhas devem ser criptografadas.	X		
2.3.7 Permitir, aos usuários que esqueceram a senha, o cadastramento de nova senha mediante o recebimento de código de verificação por mensagem SMS.		X	
2.3.8 Permitir o armazenamento, em ambiente seguro, de log de auditoria, compreendendo o salvamento das informações detalhadas de todas as ações do usuário referentes a alterações em campos, inclusão ou exclusão de registros, armazenando o conteúdo do campo modificado, data e hora e usuário responsável pela operação.		X	
2.5 Performance			
2.5.2 Durante o procedimento de assinatura ou protocolo eletrônico de documentos em lote o sistema deverá permitir o uso das demais funcionalidades, ou seja, não serão admitidas soluções em que o procedimento de assinatura ou protocolo em lote bloqueie a estação de trabalho do usuário até o término da operação.		X	
2.6 Robustez			
2.6.1 Visando garantir a robustez do sistema, o código fonte do sistema deverá atender as metas de qualidade descritas na tabela abaixo, sendo aferidas por meio de métricas extraídas com a ferramenta SonarQube, versão 7.9 ou superior: Métrica Meta Taxa de cobertura de testes >= 80% Avaliação de duplicidade de código <=3% Avaliação de Manutenibilidade Nota A Avaliação de Segurança Nota A Avaliação de Confiabilidade Nota A		X	
TOTAL	7	20	

ITEM	ATENDE	NÃO ATENDE
FUNCIONAIS	1,09%	98,91%
NÃO-FUNCIONAIS	25,93%	74,07%





Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

**1º RELATÓRIO DA PROVA DE CONCEITO
EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2023**

FUNDAMENTAÇÃO

Deveras, nos termos do item 9.1 do Edital em epígrafe, a prova de conceito consiste na comprovação da aderência da solução apresentada pela proposta vencedora às especificações definidas no citado Edital e no Termo de Referência, restando exigida, após a etapa de lances e antes da habilitação da documentação (análise documental), ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar.

FINALIDADE

Nessa linha, a Prova de Conceito (PoC) teve o **objetivo de avaliar na prática o produto apresentado quanto aos requisitos técnico-funcionais constantes no Termo de Referência do Pregão epigrafado**, deflagrado com o objetivo de contratar empresa especializada para Prestação de serviços técnicos especializados para licenciamento de uso, implantação de Sistema Automatizado com Inteligência Artificial para Gestão da Execução Fiscal, Contencioso Judicial, com a adequação e automação dos serviços propriamente ditos e uso da solução tecnológica disponibilizada, capazes de atender a necessidade de gestão de processos judiciais e de execução da dívida ativa, operando de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Tribunal de Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Tribunal Superior de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Federal, Sistema de Dívida Ativa do Município, abrangendo ainda a implantação, treinamento, suporte e manutenção para atender as necessidades da Procuradoria-Geral do Município de Camaragibe/PE.

Assim, nos termos do item 9 do Edital, bem como no item 7 do Termo de Referência, caberia a licitante provisoriamente vencedora, comprovar o atendimento das funcionalidades



Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

descritas no ANEXO III -REQUISITOS MÍNIMOS A SEREM COMPROVADOS NA PROVA DE CONCEITO - PoC.

Nessa senda, a comprovação do cumprimento das características definidas no citado Edital e no Termo de Referência foi realizada envolvendo a demonstração da solução ofertada em ambiente provido pela LICITANTE, onde foram verificadas as características obrigatórias do produto ofertado, constantes no Anexo III do Termo de Referência.

DETALHAMENTO DA POC E DA LICITANTE CLASSIFICADA EM 1ª LUGAR

A Prova de Conceito foi agendada para às 14h do dia 24/11/2023 (sexta-feira), no formato remoto, em conjunto com a licitante **EMPRESA PIX FORCE, inscrita no CNPJ sob o nº 25.161.678/0001-87**, conforme veiculado no Memorando nº 774/2023-CPL da Comissão Permanente de Licitação.

A realização da prova de conceito seguiu a dinâmica prevista no item 9 do Edital, bem como no item 07 do Termo de Referência.

O evento foi iniciado às 14h e conduzido pelos seguintes participantes:

Membros da Comissão Especial para Aplicação da Prova de Conceito, instituída através da Portaria nº 28, de 20 de julho de 2023:

1. Rafael Dias, Matrícula nº : 0.0101011.1;
2. Maria Gabrielly Menezes, Matrícula nº 00005957.1;
3. Gabriel Lira Guimarães, Matrícula: 4.0100203.3.

Equipe técnica da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar na licitação:

1. Rosana Guse CPF nº 081.082.709-36;
2. Vinicius Aquino (CPF nº 012.777.016-01);



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Comissão Especial

Participaram como ouvintes:

Empresa **COREPLAN GESTÃO TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 17.926.240/0001-14):**

1. **KARLOS EMANUEL VIEIRA DE FREITAS (CPF N° 036.179.283-23);**
2. **GILSON MACIEL VIRGÍNIO FILHO (CPF N° 076.597.723-09).**

A empresa PIX FORCE iniciou sua apresentação informando as principais atividades desempenhadas pela licitante. Em seguida passou a demonstrar o serviço prestado objeto da presente contratação, seguindo a lista de itens presentes no citado ANEXO III do Termo de Referência.

Os membros da comissão apresentaram a planilha com os itens listados no Edital, nos termos do Anexo III do Termo de referência. Posteriormente, foi acordado o procedimento para a execução da PoC (Prova de Conceito), que envolveu a leitura e apresentação das funcionalidades do sistema, focando exclusivamente nos requisitos atendidos, em razão da declaração da empresa de não contemplação da solução apresentada dos demais itens da planilha, bem como de sua decisão de se abster desses pontos.

Desta feita, a elaboração do relatório a seguir concentrou-se nos pontos cruciais da ferramenta destinada ao uso da Procuradoria Municipal, deixando de mencionar as funcionalidades não englobadas pela solução apresentada.

Requisitos Não Funcionais

É crucial direcionar uma atenção especial aos requisitos não funcionais destacados abaixo, uma vez que são elementos de extrema importância e essenciais para a eficaz execução das atividades deste Órgão Jurídico:

Item 2.1.4: Embora o sistema apresente um design responsivo, a ausência dos subitens (2.1.4.1 ao 2.1.4.16) impede a visualização de informações e relatórios vitais para as operações da procuradoria.



Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

Item 2.3.7: A empresa não demonstrou a funcionalidade associada a este item, alegando a ausência atual, e propôs sua inclusão no planejamento futuro de desenvolvimento. Esse aspecto merece atenção, considerando a relevância da funcionalidade para as operações.

Item 2.3.8: Dada a sua importância significativa para possíveis auditorias e a segurança geral, é preocupante que a empresa não tenha apresentado a funcionalidade correspondente, indicando a possibilidade de inclusão em futuros planos de desenvolvimento.

Requisitos Funcionais

A Licitante, diante de 183 (cento e oitenta e três) itens, apenas demonstrou dois pontos:

1.15.1 Deverá dispor de recursos de armazenamento e gestão de documentos digitais e digitalizados.

1.20.1 Disponibilizar ferramentas de Dashboard, onde ao selecionar uma informação o Dashboard deve filtrar as informações permitindo a exploração dinâmica a partir de vários ângulos possibilitando assim a identificação de insights.

Os critérios funcionais tratam dos elementos centrais para o uso do sistema destinado à gestão dos processos judiciais na Procuradoria do Município, cujo objeto da contratação é o licenciamento de uso, implantação, suporte e manutenção de Sistema Automatizado com Inteligência Artificial para Gestão da Execução Fiscal, Contencioso Judicial para a Procuradoria Geral do Município de Camaragibe/PE, com a adequação e automação dos serviços propriamente ditos e uso da solução tecnológica disponibilizada, capazes de atender a necessidade de gestão de processos judiciais e de execução da dívida ativa, operando de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Tribunal de Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Tribunal Superior de Justiça, Tribunal Superior do



Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

Trabalho, Superior Tribunal Federal, Sistema de Dívida Ativa do Município, abrangendo ainda a implantação, treinamento, suporte e manutenção para atender as necessidades da Procuradoria.

Os dois itens atendidos são insuficientes para a implantação de sistema voltado para a Procuradoria na gestão de processos judiciais. Destaca-se que não houve a demonstração de itens essenciais para a contratação, como o sistema fornecido pela Licitante atuaria na gestão das demandas judiciais, integração com o sistema da dívida tributária (1.2), como visualização dos autos (1.9.1), ajuizamento de executivos fiscais (1.4.4), editor de texto integrado (1.13), elaboração de peças (1.14), integração como o PJE (10.8.2).

Estes itens mencionados merecem destaque por serem de suma importância para o serviço objeto do contrato, por serem básicos à atividade da Procuradoria e do sistema objeto da contratação. Segundo os responsáveis pelo Licitante, os quais reconheceram o não atendimento com a grande maioria dos itens, as exigências seriam desenvolvidas durante a execução do contrato. Ainda que algum item fosse necessário desenvolver durante a contratação, verifica-se que a quantidade de itens que a Licitante não atende impossibilita a própria avaliação do serviço prestado pela empresa.

Destaca-se que o objetivo da prova de conceito é avaliar a Licitante que deverá apresentar a solução com todos os módulos exigidos para que a equipe técnica possa conferir o atendimento das funcionalidades requeridas no Termo de Referência. Na prova de conceito, a Licitante deve comprovar o cumprimento das características previstas no Edital e no Termo de Referência, com a demonstração da solução a ser contratada, quando serão verificadas as características obrigatórias do produto ofertado. É na Prova de conceito que será analisada com o objetivo de aferir a aderência do produto ofertado às necessidades da licitante, segundo o exclusivo critério de sua compatibilidade.

O critério adotado para avaliação foi a análise dos itens previstos no ANEXO III, do Termo de Referência, requisitos técnicos funcionais para a execução da prestação do serviço.



Prefeitura Municipal de Camaragibe
Comissão Especial

Após a avaliação dos requisitos apresentados pela empresa, a Prova de Conceito foi concluída às 15h15 do dia 24/11/2023.

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

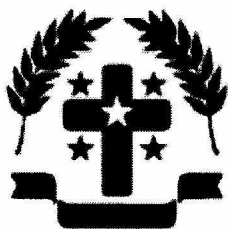
Apresentamos a seguir a avaliação dos requisitos presentes no Anexo III do Termo de referência, cujo percentual obtido pelo licitante foi de 4,29% (quatro, vinte e nove por cento) de atendimento dos requisitos funcionais e não funcionais selecionados para a PoC. **Dos 210 (duzentos e dez) itens no referido anexo, a Licitante apenas atendeu a 9 (nove itens), nos termos da seguinte tabela:**

Atende	9	4,29%
Não atende	201	95,71%
	210	

A quantidade de itens que a Licitante não atende foram declarados durante a prova de conceito, na oportunidade houve apenas a demonstração de nove itens.

CHECK LIST

1.1 Inteligência Artificial e Automação			
1.1.1 O sistema deverá ser dotado de Inteligência Artificial e automação de fluxos e atividades, com capacidade para reconhecer e interpretar conteúdos de peças processuais, citações e intimações e a		x	



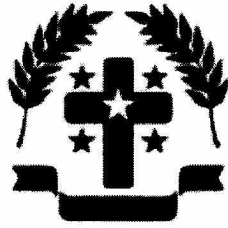
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

<p>partir dessa interpretação promover as classificações necessárias e as ações automatizadas pré- definidas.</p>			
<p>1.1.1.1 Ao receber novas ações, deverá realizar a leitura do inteiro teor da petição inicial, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação automática dos assuntos, e da especializada responsável por atuar no processo remetendo-a para distribuição neste local;</p>		x	
<p>1.1.1.2 Ao receber as citações e intimações, deverá realizar a leitura do inteiro teor, interpretando-a e promovendo a respectiva classificação, como “Sentença desfavorável”, “Exceção de pré-executividade”, “Sentença de extinção pelo pagamento”, “Citação com antecipação de tutela”, “Citação com antecipação de tutela e manifestação prévia em 48 horas”, por exemplo;</p>		x	
<p>1.1.1.3 Após a classificação automática das citações e intimações o sistema deverá sugerir as manifestações aplicáveis com os respectivos prazos judiciais em conformidade com o Novo CPC;</p>		x	
<p>1.1.2 Permitir a configuração dinâmica de automatizações utilizando Inteligência Artificial, fluxos com notação BPMN, tarefas automatizadas e modelos de documentos, onde seja possível definir a execução de tarefas e/ou elaboração automática de petições no lançamento de determinados andamentos em processos com determinadas características ou histórico processual. Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:</p>		x	
<p>1.1.2 Ao receber intimações dando ciência de que a citação da Execução Fiscal foi negativa, buscar automaticamente endereços alternativos junto a Receita Federal ou outras fontes, elaborar automaticamente a petição requerendo a citação postal em novo endereço e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador; Minimamente os seguintes cenários deverão ser automatizados, sem prejuízo da configuração de outros:</p>		x	



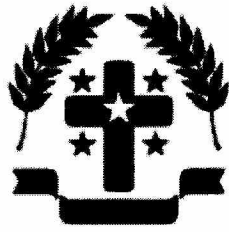
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.1.2.2 Nos casos de parcelamentos cancelados elaborar automaticamente a petição requerendo o prosseguimento do feito com o valor atualizado e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.3 Nos casos de parcelamentos concedidos elaborar automaticamente a petição requerendo a suspensão do feito, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que não estejam parceladas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.4 Nos casos de dívidas quitadas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.1.2.5 Nos casos de dívidas canceladas elaborar automaticamente a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas na Execução Fiscal que estejam abertas e disponibilizar para revisão e assinatura digital do procurador;		x	
1.2 Integração com sistema Dívida Ativa			
1.2.1 Disponibilizar interface de integração com o sistema de gestão da Dívida Ativa utilizado pelo município, preferencialmente baseada em Webservice, permitindo que, ao inscrever uma dívida, ou sempre que a situação da dívida inscrita for alterada, como nos casos de parcelamento, cancelamento e quitação, o sistema proposto neste termo de referência receba esta informação para atualização da base de dados da procuradoria, bem como realizar os encaminhamentos jurídicos necessários;		x	



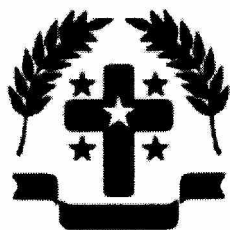
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

<p>1.2.2 Os dados a serem recepcionados deverão ser suficientes para emissão dos documentos de CDA e Petição inicial necessários ao ajuizamento da Execução, bem como os necessários para gestão da Execução Fiscal;</p>		x	
<p>1.2.3 A integração deverá estar preparada para receber a situação atual da dívida ativa, sendo capaz de identificar automaticamente os seguintes eventos:</p>		x	
<p>1.2.4.1 Inscrição de uma de nova CDA: As CDAs incluídas deverão ser automaticamente disponibilizadas para ajuizamento através de rotina específica;</p>		x	
<p>1.2.4.2 Parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite a suspensão do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a suspensão da execução, desde que não existam outras dívidas não parceladas na mesma execução fiscal.</p>		x	
<p>1.2.4.3 Perda de parcelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para que solicite o prosseguimento do feito. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo o prosseguimento do feito.</p>		x	
<p>1.2.4.4 Quitação da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo pagamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo pagamento, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.</p>		x	



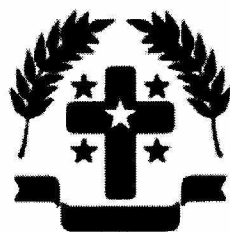
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.2.4.5 Cancelamento da CDA: o procurador responsável pela execução da dívida, ou seu substituto em caso de ausência, deverá ser notificado para solicitar a extinção do feito pelo cancelamento da dívida. Se o fluxo de peticionamento automatizado estiver configurado para estes casos o sistema		x	
deverá automaticamente elaborar a petição requerendo a extinção do feito pelo artigo 26 da LEF, desde que não existam outras dívidas em aberto na mesma execução fiscal.		x	
1.2.5 As notificações de suspensão e extinção de processos devem ser geradas sempre se avaliando o conjunto de CDAs que compõem a execução, ou seja, uma extinção somente poderá ser sugerida se todas as CDAs da referida execução estiverem baixadas. Da mesma forma, a notificação para suspensão do processo somente poderá ser gerada se não existirem CDAs abertas e não parceladas		x	
compondo a Execução Fiscal.		x	
1.2.7 Deverá dispor de serviço que informe ao sistema de gestão da dívida ativa dos ajuizamentos realizados.		x	
1.3 Qualificação da dívida para cobrança			
1.3.1.1 Higieneização automática de endereço de correspondência e telefones dos devedores			
1.3.1.1.2 Os endereços de correspondência do devedor, recebidos do sistema de gestão de dívida, deverão ser automaticamente validados junto a base de CEPs, conferindo a coerência do CEP, Bairro, Logradouro, Cidade e UF, devendo o sistema realizar automaticamente as correções necessárias quando possível;		x	



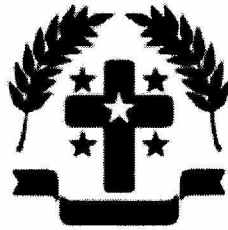
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.3.1.1.3 Os logradouros incompletos ou com erros de ortografia deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema. 1.3.1.1.4 Os CEPs não informados deverão ser automaticamente preenchidos pelo sistema;		x	
1.3.1.1.5 Os CEPs existentes que estejam inconsistentes com o logradouro, ou ainda com a numeração do endereço no logradouro, deverão ser automaticamente corrigidos pelo sistema;		x	
1.3.1.1.6 Deverão ser considerados também os CEPs específicos para determinados endereços, bem como o tratamento diferenciado para CEPs de rodovias;		x	
1.3.1.1.8 O sistema deverá realizar automaticamente a higienização dos endereços sempre que for realizada a geração de KITS		x	
1.3.1.3 Enriquecimento automático de ENDEREÇOS de Correspondência e TELEFONES em nome dos devedores			
1.3.1.3.1 Como alguns endereços de correspondência do devedor estão ausentes ou não podem ser higienizados em função da baixa qualidade, ou ainda podem também estarem desatualizados, o sistema deve dispor de serviço automatizado para busca de endereços alternativos dos devedores acessando base de dados da RECEITA FEDERAL ou outras fontes de dados que o a procuradoria		x	
possua convênio ou outro instrumento congênere com o órgão gestor do banco de dados, potencializando as oportunidades de localização dos devedores.		x	
1.3.1.3.2 Ao realizar a geração de KITS de ajuizamento o sistema deverá automaticamente verificar endereços de correspondência do devedor já utilizados anteriormente e que resultaram em citação		x	



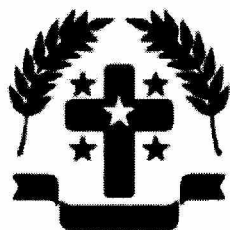
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

negativa, de modo a impedir o ajuizamento/cobrança com endereços já identificados como negativos.		X	
1.3.1.3.2.1.1.1 Nestes casos o sistema deverá automaticamente buscar um endereço, de modo que a Inicial seja elaborada com o novo endereço encontrado;		X	
1.3.1.3.2.1.1.2 Se os endereços retornados na busca automática já constarem nos registros do sistema		X	
com resultado negativo na citação o sistema		X	
1.4 Cobrança Judicial de créditos inscritos em dívida ativa			
1.4.2 Geração dos Kits			
1.4.2.1 A geração dos KITS deverá ser realizada automaticamente de acordo com agendamento prévio, ou imediatamente quando desejado		X	
1.4.2.2 O sistema deverá dispor de interface para agendar a geração dos KITS de ajuizamento, incluindo critérios de seleção das CDAs a serem ajuizadas, a periodicidade da execução do agendamento e critérios para agrupamento de CDAs de um mesmo devedor em uma única execução fiscal.		X	
1.4.2.2.2 O sistema deverá dispor de interface que permita visualizar o status do agendamento, bem como seu histórico. A interface deve também permitir a interrupção de uma execução que esteja em andamento;		X	



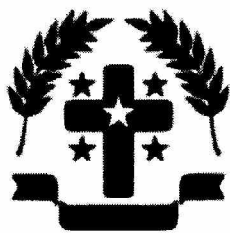
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.4.2.2.4 A execução dos agendamentos deverá ocorrer no servidor da aplicação, evitando a necessidade de manter estações de trabalho ligadas nos horários agendados para execução.		X	
1.4.2.4 As petições iniciais devem ser automaticamente endereçadas para a justiça estadual e federal, conforme a qualidade da parte.		X	
1.4.2.5 Permitir a geração de processos com agrupamento de débitos de um mesmo devedor, permitindo indicar a quantidade máxima de CDAs a serem agrupadas em um único processo.		X	
1.4.3 Assinatura dos Kits de Ajuizamento para execução fiscal eletrônica			
1.4.3.1 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as CDAs em lote.		X	
1.4.3.2 O sistema deverá dispor de interface para que o representante legal possa assinar digitalmente as Petições Iniciais em lote.		X	
1.4.3.3 Após iniciada a assinatura digital do lote de CDAs ou Petições Iniciais, o sistema deverá continuar a assinatura dos demais itens do lote sem bloquear o computador do usuário, ou seja, o sistema deverá permanecer aberto, mas o usuário poderá utilizar outras funcionalidades enquanto os documentos são assinados.		X	
1.4.4.4 As execuções fiscais geradas para ajuizamento em unidade judicial que não disponha de integração devem ser exibidas em fluxo de trabalho específico para que o responsável registre manualmente o número do processo após o respectivo ajuizamento.		X	
1.4.4 Ajuizamento de Execuções Fiscais			



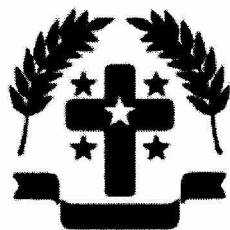
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.4.4.1 Para execuções a serem ajuizadas no Tribunal de Justiça do Estado, o sistema deve dispor de mecanismo para ajuizamento eletrônico automático em lote dos KIT que já estejam devidamente assinados.					X
1.4.4.2 O sistema deverá dispor de mecanismo para reenviar os KIT para ajuizamento para os casos de eventual indisponibilidade do Web Service do judiciário.					X
1.4.4.3 Os casos de falhas no envio para ajuizamento, cujo reenvio não foi satisfatório, devem ser explicitados, sem a necessidade de consulta periódica.					X
1.4.4.5 Concluído o ajuizamento eletrônico da Execução, o número do processo, gerado pelo Tribunal de Justiça, deve ser imediatamente armazenado no sistema.					X
1.5 Integração com os Tribunais de Justiça					
1.5.1 Possuir interface de integração em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, definido pelo CNJ, ou modelo definido pelo próprio Tribunal.					X
1.5.2 A integração deverá contemplar o 1o grau, 2o grau e Colégios Recursais se disponibilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado.					X
1.5.3 Citações e Intimações eletrônicas					
1.5.3.1 Permitir que o Procurador Geral, ou a quem delegar, visualize as citações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.					X



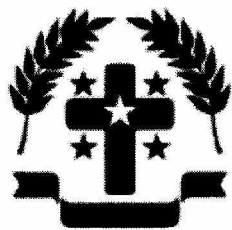
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.5.3.2 Permitir que o procurador vinculado ao processo visualize as intimações eletrônicas enviadas pelo Tribunal de Justiça, e possa receber voluntariamente as que desejar.		X	
1.5.3.3 Para as citações e intimações não recebidas voluntariamente, ao término do prazo de carência o sistema deverá automaticamente importar os respectivos dados junto ao judiciário gerando os registros necessários para gestão da demanda no sistema.		X	
1.5.3.4 Ao receber uma citação, ou intimação em processo ainda inexistente, o sistema deverá realizar o cadastro automático do referido processo, reutilizando todos os dados obtidos junto ao judiciário, como Classe, Assunto, Partes e Juízo.		X	
1.5.3.5 Possuir controle para cadastramento automatizado dos incidentes e recursos vinculando-os adequadamente aos processos originários.		X	
1.5.3.6 Possuir ferramenta para classificação automática das intimações e citações recebidas. Para tanto, o sistema deverá utilizar inteligência artificial, sendo capaz de identificar o tipo de andamento a partir do teor da intimação, e não a partir do código de andamento processual utilizado pelo Tribunal, visto que este pode induzir o procurador ao erro.		X	
1.5.3.6.1 Eventualmente o sistema poderá não conseguir classificar automaticamente a intimação/citação, normalmente em virtude da especificidade do teor do documento. Nestes casos o sistema deverá permitir que o procurador possa manualmente classificar a intimação/citação.		X	
1.5.4 Acesso aos autos digitais			



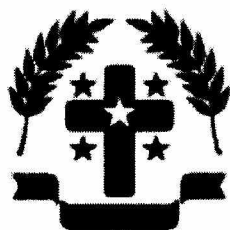
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

<p>1.5.4.1 Possuir mecanismo que mantenha a pasta digital interna de acompanhamento do processo devidamente sincronizada com os autos digitais dos Tribunais integrados quando a integração disponibilizada pelo judiciário assim permitir, evitando a necessidade de acesso manual ao portal.</p>		x	
<p>1.5.5 Protocolo de Petições</p>			
<p>1.5.5.1 Permitir que as peças elaboradas em processos eletrônicos, que tramitem no Tribunal de Justiça do Estado, possam ser protocoladas eletronicamente diretamente pelo sistema, sem a necessidade de acesso ao portal do judiciário.</p>		x	
<p>1.5.5.2 O recibo eletrônico, obtido ao concluir o protocolo, deverá ser automaticamente armazenado permitindo consulta futura para comprovação de protocolo.</p>		x	
<p>1.5.5.3 Quando comandado no sistema o envio para o protocolo eletrônico em lote o sistema deverá automaticamente gerenciar todo o envio, inclusive realizando novas tentativas de envio para o caso de indisponibilidade temporária do Web Services no Tribunal de Justiça. A estação de trabalho do procurador não deverá permanecer bloqueada enquanto esta operação é concluída, ou seja, deve ser possível ao usuário continuar a operar outras funcionalidades do sistema, inclusive enviar novas peças para protocolo eletrônico.</p>		x	
<p>1.5.5.3.1 Para os casos em que a indisponibilidade do Web Services do Tribunal persista o sistema deverá possibilitar o download ou impressão da petição para peticionamento manual ou via portal.</p>		x	
<p>1.5.5.4 Deverá possuir controle de petições concluídas e que aguardam protocolização.</p>		x	



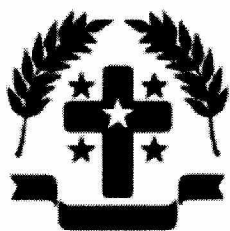
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.5.5.4 Realizar automaticamente a compactação e fracionamento dos documentos anexados, de modo que arquivos PDFs contendo várias páginas não sejam rejeitados pelo webservice do judiciário em função do tamanho deste.		x	
1.6 Cadastro de Pessoas			
1.6.1 Permitir o cadastro de pessoas físicas e jurídicas, vinculando-as aos respectivos processos e débitos.		x	
1.6.2 Dispor de campos específicos para o armazenamento dos dados de cadastro das pessoas junto aos órgãos públicos federais e estaduais, por tipo e número do documento, endereços, bens, telefones, e-mails.		x	
1.6.3 Permitir a localização das pessoas pelo nome, devendo retornar também pessoas com nomes semelhantes, exibindo o resultado ordenado dos mais próximos para os menos próximos dos termos pesquisados.		x	
1.6.4 Possuir local específico para formação do dossiê eletrônico da pessoa, permitindo o armazenamento de documentos e notas relevantes para o acompanhamento dos processos em que elas forem partes.		x	
1.6.5 Permitir a anotação de Falências e Recuperação Judicial, que permita a geração de documentos para peticionamento nos processos dessa pessoa em lote.		x	
1.6.6 Possuir funcionalidade para classificar as pessoas conforme critérios estabelecidos pela procuradoria, diferenciando-as conforme essa classificação, como “Pessoa estratégica” e “Grandes devedores”.		x	



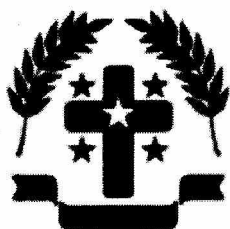
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.7 Cadastro de Processos Judiciais			
1.7.1 Disponibilizar interface de cadastro de processos judiciais contendo, no mínimo, as informações básicas fornecidas pelo judiciário (número do processo, órgão judicial, classe, dados das partes, assuntos e valor da causa).		X	
1.7.2 Permitir o funcionamento de forma integrada ao Tribunal de Justiça do Estado, permitindo o cadastramento otimizado do processo a partir da inserção do número unificado do CNJ.		X	
1.7.5 A partir do assunto do processo o sistema deverá automaticamente identificar a especializada responsável pelo processo, exceto para os assuntos de responsabilidade de mais de uma especializada.		X	
1.8 Distribuição de Processos e intimações			
1.8.1 Permitir o cadastro e gestão das procuradorias especializadas, indicando seu chefe, matérias de sua competência, e quadro de vagas de procuradores.		X	
1.8.2 Permitir o cadastro e gestão das vagas de procuradores de uma especializada, indicando o procurador vinculado e eventuais especialidades.		X	
1.8.3 Permitir a distribuição de processos de forma automática ou direcionada.		X	



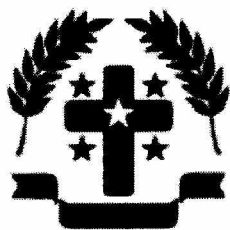
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

<p>1.8.4 Permitir especificar tipos de processos em que a distribuição deva ser realizada automaticamente, sem passar pela avaliação do chefe da especializada, e tipos de processos que a distribuição deve ser remetida para avaliação da chefia, como (a) Grandes valores, (b) Partes específicas/sindicatos e (c) Citação com liminar/tutela.</p>		X	
<p>1.8.5 A cada intimação encaminhada a uma vaga o sistema deverá atribuir a esta a pontuação relacionada a respectiva complexidade, que pode ser atribuída pelo tipo de andamento e classe do processo, mesmo nos casos onde o processo já esteja distribuído.</p>		X	
<p>1.8.6 Deverá ser possível configurar o desvio máximo de pontuação entre as vagas da especializada nos últimos X dias, permitindo que o sistema proativamente identifique que no período uma vaga esteja recebendo mais intimações que as demais e automaticamente distribua o excedente às demais vagas a até que se verifique a normalização da carga de trabalho.</p>		X	
<p>1.8.7 Para apoiar o chefe da especializada na distribuição direcionada de processos e intimações o sistema deverá dispor de um painel com informações complementares dos procuradores candidatos, como (a) acervo de processos; (b) demandas recebidas no período; (c) demandas em aberto, de modo destacar situações onde o volume de demandas em aberto para determinado procurador possa por em risco o cumprimento dos prazos.</p>		X	
<p>1.8.9 Permitir a distribuição automática de processos de execução fiscal na fase de geração dos kits para ajuizamento eletrônico.</p>		X	
<p>1.8.12 Permitir que temporariamente uma vaga fique sem procurador vinculado fornecendo mecanismos que permitam definir o destino das intimações recebidas nos processos desta vaga enquanto estiver sem procurador, sendo possível no mínimo:</p>		X	



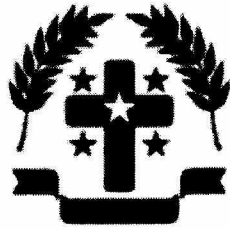
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.12.1 Que as intimações sejam pulverizadas entre as demais vagas da especializada.		x	
1.8.14 Permitir a solicitação de redistribuições definitivas ou provisórias, através de fluxo de aprovação pré-definido pela procuradoria.		x	
1.8.15 Permitir que em determinadas fases do processo, como embargos à execução fiscal e exceção de pré-executividade, o processo ou intimação sejam automaticamente enviados para distribuição na especializada competente, que pode ser diferente da especializada responsável pela Execução Fiscal.		x	
1.9 Andamentos processuais			
1.9.1 Além das movimentações registradas automaticamente quando do recebimento de citações e intimações eletrônicas via integração, o sistema deverá permitir o lançamento manual para as intimações recebidas via Oficial de Justiça, publicações ou ainda eletronicamente de Tribunais onde não esteja habilitada a integração.		x	
1.9.3 O sistema deverá aplicar mecanismos de Inteligência Artificial em todas as citações e intimações classificando-as automaticamente quanto o tipo de andamento judicial recebido (Citação, Citação com antecipação de tutela, Sentença desfavorável, Acórdão favorável...);		x	
1.9.4 O sistema deverá sugerir ao procurador, manifestações aplicáveis para cada tipo de andamento judicial cadastrada, seguindo		x	



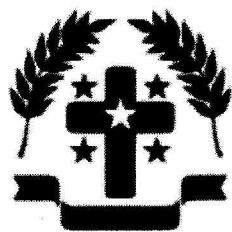
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

os regramentos previstos nos Códigos processuais Civil, Trabalhista e Tributário.			
1.9.4.1 Para cada manifestação sugerida, o sistema deverá apresentar o prazo previsto para peticionamento, respeitando as particularidades da Justiça Comum e dos Juizados Especiais.		x	
1.10 Fluxo de trabalho			
1.10.1 Possuir interface de trabalho cooperativo, que organize as demandas de cada usuário, enfatizando as demandas que aguardam ações dos usuários, sem prejuízo a gestão dos prazos processuais.		x	
1.10.2 O sistema deverá disponibilizar fluxos de trabalho devidamente configurados para que, de maneira intuitiva, o usuário seja direcionado a operar o sistema de forma organizada, minimizando erros, melhorando as condições de trabalho e aumentar a eficiência operacional, distribuindo automaticamente aos grupos de usuários, as tarefas necessárias às diversas etapas do processo que lhes forem previamente atribuídas.		x	
1.10.2.1 Independentemente da classificação a que se refere este item, o sistema deverá apresentar, em local específico, a relação de todas as intimações, ordenadas por vencimento, incluindo o status das atividades pertinentes ao cumprimento da demanda, visando a gestão efetiva dos prazos.		x	
1.10.3 Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos. Possuir filas de trabalho, contendo os processos e respectivas demandas, controle de prazos e demais compromissos gerados a partir dos andamentos lançadas para os mesmos.		x	



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.10.4 As demandas devem ser automaticamente agrupadas conforme a espécie, a providência ou a(as) manifestação(ões) processual(is) esperada(s).		X	
1.10.5 Possuir interface em forma de calendário que exiba as audiências agendadas.		X	
1.10.7 Permitir a realização das atividades a partir das filas de trabalho de forma unitária e em lote, quando aplicáveis, tais como: elaboração de documentos, recebimento de intimações, assinatura de documentos, etc.		X	
1.10.8 Para cada andamento lançado em um processo, ou recebido via integração com o sistema do Tribunal de Justiça, o sistema deverá sugerir as manifestações cabíveis para o tipo de intimação, bem como apresentar os respectivos prazos conforme o entendimento adotado pela justiça na qual tramita e o procedimento. É prerrogativa do procurador escolher dentre as manifestações sugeridas ou utilizar outro tipo de manifestação.		X	
1.10.10 Disponibilizar fluxos de trabalho aos assessores permitindo a fácil identificação das suas demandas.		X	
1.10.11 Permitir ao procurador, encaminhar solicitações de elaboração de manifestações aos assessores.		X	
1.10.12 Disponibilizar fluxos de produção de documentos permitindo que as manifestações elaboradas pelos assessores sejam encaminhadas para revisão do procurador. O procurador poderá reencaminhar ao assessor para retificações do documento elaborado.		X	



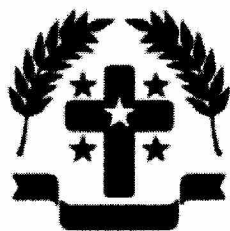
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.10.13 Permitir que os assessores retornem os documentos minutados para avaliação final do procurador.		x	
1.10.14 Permitir que o procurador possa devolver a minuta ao estagiário para eventuais correções marcadas como anotações diretamente no corpo do documento minutado.		x	
1.10.15 Permitir que o procurador possa editar a minuta elaborada realizando eventuais adequações, ou ainda a conclusão da peça com protocolo eletrônico, quando o processo permitir.		x	
1.10.16 Permitir que o procurador possa solicitar ao chefe da especializada a dispensa de recurso/manifestação para determinada demanda, podendo o fluxo ainda percorrer a hierarquia de especializadas.		x	
1.10.17 Permitir que o procurador possa solicitar ao setor responsável a revisão dos cálculos apresentados pela parte contrária, recebendo-os também via sistema para apoiá-lo na manifestação.		x	
1.10.18 Quando uma intimação possuir mais de uma manifestação agendada o sistema deve exibi-las de forma unificada, mesmo que possuam vencimentos diversos, a fim de facilitar o acompanhamento das tarefas;		x	
1.10.19 Permitir aos chefes visualizarem as demandas em aberto dos procuradores e assessores vinculados a sua chefia.		x	
1.10.20 Identificar visualmente as demandas de processos que possuam alguma classificação, como "Prioritário", "Estratégico", "Acompanhamento especial" ou ainda cuja parte possua alguma		x	



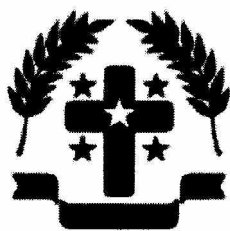
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

classificação, como “Grande devedor”, “Pessoa estratégica”, ou ainda possuir anotações de falência ou recuperação judicial.			
1.11 Controle de autos para cargas de execuções fiscais físicas			
1.11.1 Permitir registrar as execuções recebidas em carga, inclusive realizando a distribuição automática entre os procuradores.		x	
1.11.2 Permitir a remessa de autos entre as vagas da unidade.		x	
1.11.3 Deve permitir registrar a devolução dos autos.		x	
1.12 Patrimônio e Garantias:			
1.12.1 Possuir funcionalidade para o registro de patrimônio das pessoas cadastradas no sistema.		x	
1.12.2 Deve permitir o controle de penhoras que recaiam sobre os bens, com indicação dos dados do processo em que foram determinadas.		x	
1.12.3 Deve conter funcionalidade para a administração e controle de garantias oferecidas nos processos, tais como seguro garantia e carta de fiança, e data de vencimento, se houver.		x	
1.13 Editor de Textos			
1.13.1 Disponibilizar editor de textos próprio, ou integração direta com editor de texto externo assumindo os eventuais custos das		x	



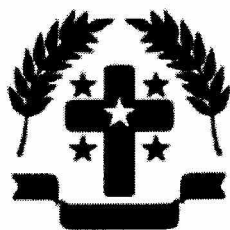
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

licenças necessárias para todos os usuários quando o editor de texto utilizado assim o exigir;			
1.13.2 O editor de textos deve possuir minimamente as seguintes funcionalidades:		X	
1.13.2.1 Formatações de texto quanto ao tamanho da fonte, negrito, itálico, sublinhado e cor;		X	
1.13.2.2 Edição rápida de textos com recursos para copiar, recortar e colar;		X	
1.13.2.3 Inserção de marcadores, numeração, alinhamento, linha e espaçamento entre parágrafos;		X	
1.13.2.4 Aplicação de estilos, como cabeçalhos, títulos e citações;		X	
1.13.2.5 Inserção de imagens existentes no computador local ou coladas da área de transferência (Copiar e Colar);		X	
1.13.2.6 Inserção de hiperlinks para abertura de páginas web, permitindo assim incluir nas petições o acesso rápido às referências externas;		X	
1.13.2.7 Permitir a exportação em formato PDF mantendo os hiperlinks funcionais;		X	
1.13.2.8 Salvamento automático do documento;		X	



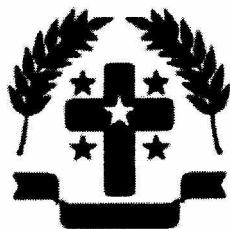
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.13.2.9 Controle de alterações realizadas no documento, permitindo a rápida identificação visual destas alterações, inclusive realizadas por outros usuários, bem como a navegação direta entre elas, podendo aceitá-las ou rejeitá-las;		x	
1.13.2.10 Visualização e inserção de comentários vinculados visualmente a trechos do documento, facilitando as revisões e orientações em documentos minutados por assessores;		x	
1.13.2.11 Inserção e edição de tabelas, incluindo formatação de largura das colunas e altura dos campos;		x	
1.13.2.12 Localização e substituição de textos;		x	
1.13.2.13 Inserção de notas de rodapé vinculadas aos termos vinculados, de forma que a nota seja exibida apenas na página onde o termo se encontra;		x	
1.13.2.14 Inserção de cabeçalhos e rodapés, repetindo-se automaticamente em todas as páginas;		x	
1.13.2.15 Inserção de numerador automático de páginas;		x	
1.13.2.16 Formatação de parágrafos com alinhamento à esquerda, à direita ou centralizados;		x	
1.13.2.17 Revisão ortográfica e gramatical;		x	



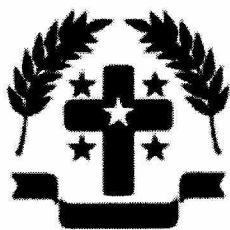
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.13.2.18 Coautoria em tempo real, permitindo que mais de um usuário possam trabalhar simultaneamente em um documento, como o procurador e um assessor;		X	
1.13.2.19 Contagem de palavras;		X	
1.13.2.20 Controle de zoom permitindo ampliação e redução da visualização do documento em edição;		X	
1.13.2.21 Formação rápida de textos copiando a formatação existente em outras partes do texto;		X	
1.14 Elaboração de peças			
1.14.1 Permitir a emissão de documentos a partir de modelos pré-definidos.		X	
1.14.2 Permitir ao usuário a criação dinâmica de modelos de documento a partir de modelos de documentos já existentes;		X	
1.14.3 Permitir definir os modelos a serem disponibilizados para uso por todos os usuários da instituição, modelos a serem disponibilizados para uso apenas dos usuários lotados em determinada especializada e modelos a serem disponibilizados para uso por um procurador e seus assessores diretamente vinculados;		X	
1.14.4 Permitir o uso de campos de mesclagem nos modelos, como número do processo, classe, nome das partes, nome do procurador e data atual, de modo que a emissão de documentos a partir deste modelo resulte no preenchimento automático dos dados contidos nos respectivos processos.		X	



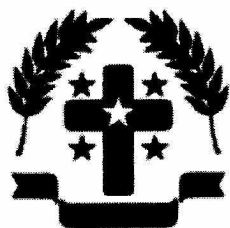
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.14.4.1 Para casos onde não seja necessário a edição do documento gerado, o sistema deve permitir a rápida emissão sem abertura do editor e já disponibilizando envio para protocolo.		x	
1.14.5 Permitir a organização dos modelos localizando-os de acordo com o tipo de peça (Contestação, Apelação, Extinção, Suspensão, etc.);		x	
1.14.6 Para elaboração das manifestações, permitir a localização de modelos a partir da busca no inteiro teor aplicando conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que primeiro sejam exibidos os modelos com teor maior relevância em relação aos argumentos de pesquisa, seguindo com os demais na mesma ordem de relevância.		x	
1.14.7 As peças elaboradas devem automaticamente incluir um registro no andamento do respectivo processo facilitando a identificação do seu histórico.		x	
1.14.7.1 Deverá ser possível também configurar no modelo de documento um texto resumido a ser lançado no andamento do processo para facilitar o acompanhamento.		x	
1.14.8 Quando aplicável, deverá permitir a produção de documentos em lote a partir de um modelo pré-definido.		x	
1.14.8.1 Deverá permitir, com uma única seleção, a inclusão de um mesmo anexo para todas as peças no lote.		x	
1.14.9 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento;		x	



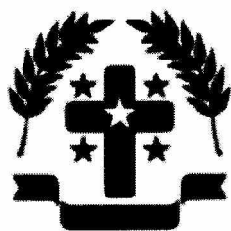
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.14.10 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, arquivos PDFs que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento de acordo com o exercício da dívida associada ao processo;		X	
1.14.11 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, modelos vinculados que devam ser automaticamente anexados sempre que o modelo for utilizado para elaboração de um novo documento. Assim, ao elaborar um documento com o modelo A que tenha o modelo B vinculado, o sistema deverá automaticamente emitir também um documento utilizando o modelo B.		X	
1.14.12 Permitir indicar, na configuração do modelo de documento, que o PDF da(s) CDA(s) do respectivo processo devem ser automaticamente anexadas ao documento elaborado.		X	
1.14.13 Ao elaborar um documento, permitir a inclusão de arquivos PDFs locais como anexos da peça, inclusive permitindo a múltipla seleção desses arquivos para rápida anexação.		X	
1.14.14 A inclusão de anexos deve ser possível também nas minutas elaboradas pelos assessores/estagiários;		X	
1.14.15 Ao elaborar um documento, permitir anexar diretamente qualquer documento contido na pasta do processo.		X	
1.14.16 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica apenas para processo que possuam dívidas de determinadas categorias (IPTU, ISS...);		X	
1.14.17 Permitir indicar que o modelo de documento se aplica para processos de determinadas matérias, assuntos e classes;		X	



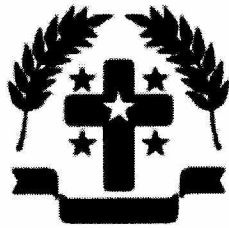
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.14.18 Permitir a configuração de modelos de documentos de maneira a possibilitar a assinatura digitalizada do firmatário.		x	
1.14.19 Ao concluir a peça, o sistema deve identificar automaticamente os casos em que for possível o protocolo eletrônico utilizando a integração com o Tribunal, situação em que deverá permitir ao procurador a assinatura digital seguido do respectivo protocolo eletrônico. Para os demais casos o sistema deverá exportar a peça em formato PDF ou realizar a impressão do documento.		x	
1.15 Controle de documentos digitais			
1.15.1 Deverá dispor de recursos de armazenamento e gestão de documentos digitais e digitalizados.	x		
1.15.2 Deverá organizar de forma visual os documentos que compõem os processos cadastrados, formando uma pasta digital equivalente aos autos físicos para cada processo.		x	
1.15.3 Permitir a inclusão automática de documentos produzidos diretamente no sistema.		x	
1.15.4 Permitir a importação de documentos em formato PDF.		x	
1.15.5 Armazenar e apresentar os documentos do processo em ordem cronológica de inserção e/ou produção associando-o ao respectivo andamento do processo facilitando a localização dos respectivos documentos, sem a necessidade de visualização página a página para sua localização.		x	



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

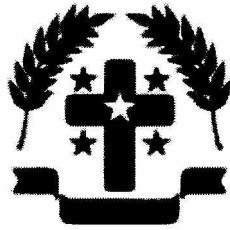
1.15.6 Permitir a exportação de documentos da pasta digital para arquivos em formato PDF.	.	x	
1.15.8 Documentos que possuam anexos devem ser exibidos com esta identificação facilitando a visualização destes anexos sem a necessidade de localização na pasta digital		x	
1.15.9 Deverá permitir a navegação contínua entre os documentos que compõem a pasta do processo, de modo que ao chegar ao final da última página do documento em exibição a primeira página do próximo documento aberto passe a ser automaticamente exibida.		x	
1.16 Resultado econômico do Processo			
1.16.1 Possuir funcionalidade para apuração do resultado econômico do processo, conforme critérios de cálculo ou informações lançadas.		x	
1.16.2 Dispor de comparação de valores informados ao longo da tramitação processual, atualizando os registros pretéritos para a data da comparação.		x	
1.17 Consulta de Processos			
1.17.1 Possuir tela de consulta de processos que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número unificado de processo (padrão CNJ); (b) Assunto; (c) Classe do processo; (d) Nome do procurador vinculado; (e) Nome da parte; (f) Especializada; (g) Procurador; (h) Juízo; (i) Número da CDA; (j) Situação da CDA; (k) Data de inscrição da CDA; (l) Valor da CDA; (m) Qualificação do Processo; (n) Qualificação da parte;		x	



Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

<p>1.17.2 Quando a consulta de processos for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;</p>		x	
<p>1.18 Consulta de Dívidas</p>			
<p>1.18.1 Possuir tela de consulta de Dívidas que apresente, no mínimo, os seguintes filtros de busca: (a) Número da CDA; (b) Data de inscrição; (c) Situação da CDA; (d) Nome do devedor; (e) Natureza do débito; (f) Tipo de débito; (g) Valores; (h) Número do processo judicial (para CDAs ajuizadas).</p>		x	
<p>1.18.2 Quando a consulta de CDAs for realizada pelo nome da parte, deve aplicar o conceito de busca aproximada/imprecisão(fuzziness), de modo que mesmo escrevendo o nome com algumas letras equivocadas a parte seja encontrada, retornando também todos os nomes com escrita semelhante, exibindo os resultados ordenados dos mais próximos para o menos próximo dos termos pesquisados;</p>		x	
<p>1.19 Relatórios diversos</p>			
<p>1.19.1 Permitir a geração e impressão de extratos do andamento do processo.</p>		x	
<p>1.19.2 Permitir a geração e impressão de relatório contendo os maiores devedores;</p>		x	



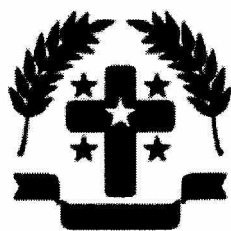
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.19.3 Permitir a geração de relatórios contendo os processos suspensos, sobrestados e extintos;		x	
1.19.4 Permitir a geração de relatório de petições e documentos emitidos considerando o Procurador responsável e contendo, no mínimo, número do feito, nome do executado principal, data da emissão do documento, nome do usuário responsável pela emissão, totalizador indicando a quantidade e tipo de documento emitido;		x	
1.19.5 Permitir a geração de relatório de ações ajuizadas por exercício, contendo, no mínimo, as seguintes informações, quantidade ações propostas; ano do ajuizamento; número da(s) dívida(s), tipo da dívida, data de inscrição da dívida; valor da ação;		x	
1.20 Dashboard			
1.20.1 Disponibilizar ferramentas de Dashboard, onde ao selecionar uma informação o Dashboard deve filtrar as informações permitindo a exploração dinâmica a partir de vários ângulos possibilitando assim a identificação de insights.	x		
1.20.2 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de citações e intimações recebidas ao longo do tempo, permitindo a contabilização por tipo de andamento, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das citações/intimações recebidas.		x	
1.20.3 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de peças, permitindo a contabilização por tipo de peça elaborada, procurador responsável, classe do processo, matéria do processo, especializada e procurador responsável, e listagem das peças elaboradas		x	



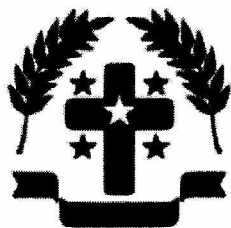
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

1.20.4 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de dívidas da base de dados, permitindo a contabilização do montante por Tributo, Montante pela idade da dívida, Maiores devedores, Montante por tipo de pessoa (física/jurídica), Montante por ano de inscrição, Montante por ano de ajuizamento, Quantidade por ano de ajuizamento, e listagem das dívidas.		X	
1.20.5 Disponibilizar dashboard que exiba a quantidade de processo na base de dados, permitindo a contabilização da quantidade por matéria do processo, classe do processo, assunto do processo, ano de ajuizamento, e listagem dos processos.		X	
2 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS DO SISTEMA			
2.1 Tecnologia empregada			
2.1.1 A interface de usuário do sistema deve ser implementada para ser acessível nativamente via browser WWW:	X		
2.1.2 A camada servidora (back-end) deve utilizar arquitetura de micros serviços, reduzindo o problemático acoplamento de funcionalidades encontrado em sistemas monolíticos, de modo a simplificar e agilizar a manutenção do sistema, além de melhorar a performance e resiliência sem custos excessivos de infraestrutura a partir do escalonamento específico de cada microserviço.	X		
2.1.3 A camada cliente (front-end WEB) deve ser implementado utilizando os conceitos de SPA – Single Page Application permitindo melhor performance.	X		



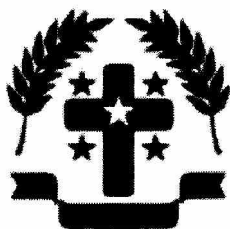
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

2.1.4 A camada cliente (front-end WEB) deve possuir Design Responsivo, permitindo a utilização do sistema em dispositivos diversos, como desktops, tablets e celulares	X		
2.1.4.1 Visualizar as demandas agrupadas por tipo de manifestação prevista;		X	
2.1.4.2 Visualização detalhada da demanda;		X	
2.1.4.3 Visualização e navegação na pasta digital do respectivo processo;		X	
2.1.4.4 Visualização de dados/detalhes do processo;		X	
2.1.4.5 Alteração do tipo de intimação/demanda;		X	
2.1.4.6 Alteração do tipo de manifestação agendada;		X	
2.1.4.7 Designação de assessor para minutar manifestação;		X	
2.1.4.8 Visualização da minuta elaborada pelo assessor;		X	
2.1.4.10 Visualização da agenda de prazos;		X	



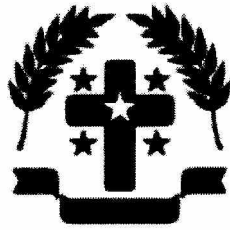
CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

2.1.4.11 Visualização do calendário de audiências;		X	
2.1.4.12 Distribuir processos novos;		X	
2.1.4.13 Redistribuir processos e intimações mediante solicitação do procurador responsável;		X	
2.1.4.14 Redistribuir processos e intimações sem prévia solicitação do procurador responsável;		X	
2.1.4.15 Consultar Processos;		X	
2.1.4.16 Consultar Dívidas.		X	
2.1.6 Armazenar os dados em robusto SGDB como Oracle, DB2, SQL Server ou PostgreSQL.	X		
2.2 Usabilidade			
2.2.1 O sistema deve ser de fácil utilização, oferecendo interface gráfica amigável e intuitiva, compatível com aplicações WEB como Google e Facebook, que facilitam o aprendizado e operação mesmo sem treinamento.	X		
2.3 Segurança			



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

2.3.3 Todas as senhas devem ser criptografadas.	X						
2.3.7 Permitir, aos usuários que esqueceram a senha, o cadastramento de nova senha mediante o recebimento de código de verificação por mensagem SMS.		X					
2.3.8 Permitir o armazenamento, em ambiente seguro, de log de auditoria, compreendendo o salvamento das informações detalhadas de todas as ações do usuário referentes a alterações em campos, inclusão ou exclusão de registros, armazenando o conteúdo do campo modificado, data e hora e usuário responsável pela operação.		X					
2.5 Performace							
2.5.2 Durante o procedimento de assinatura ou protocolo eletrônico de documentos em lote o sistema deverá permitir o uso das demais funcionalidades, ou seja, não serão admitidas soluções em que o procedimento de assinatura ou protocolo em lote bloqueie a estação de trabalho do usuário até o término da operação.		X					
2.6 Robustez							
2.6.1 Visando garantir a robustez do sistema, o código fonte do sistema deverá atender as metas de qualidade descritas na tabela abaixo, sendo aferidas por meio de métricas extraídas com a ferramenta SonarQube, versão 7.9 ou superior:							
<table border="1"><thead><tr><th>Métrica</th><th>Meta</th></tr></thead><tbody><tr><td>Taxa de cobertura de testes</td><td>>= 80%</td></tr></tbody></table>	Métrica	Meta	Taxa de cobertura de testes	>= 80%		X	
Métrica	Meta						
Taxa de cobertura de testes	>= 80%						



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

Avaliação de duplicidade de código	<=3%			
Avaliação de Manutenibilidade	Nota A			
Avaliação de Segurança	Nota A			
Avaliação de Confiabilidade	Nota A			

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que o sistema ofertado pela empresa PIX FORCE (CNPJ 25.161.678/0001-87), não atende aos critérios desse município, devendo o Pregoeiro desclassificar a citada licitante, nos termos do item 9 do Edital, bem como do item 07 do Termo de Referência, passando o presente relatório a fazer parte integrante dos registros processuais em questão, para todos os efeitos e normas gerais aplicáveis.

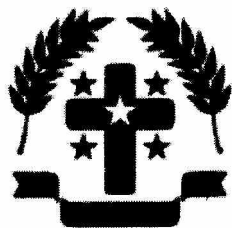
Camaragibe, 6 de dezembro de 2023.

Membros da Comissão

Documento assinado eletronicamente

Rafael Dias

Matricula nº : 0.0101011.1



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

Maria Gabrielly M. S. Leão
Maria Gabrielly Menezes Souza Leão

Procuradora Municipal OAB-PE Nº 31.223

Documento assinado eletronicamente

Maria Gabrielly Menezes

Matricula nº 00005957.1

Gabriel Lira

Documento assinado eletronicamente

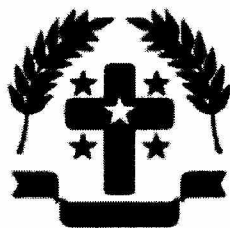
DTI/SECAB
Mat. 4.0100203.3
GABRIEL LIRA GUIMARÃES

Mat.: 4.0100203.3

TERMO DE RECUSA

A Comissão Especial nomeada para Aplicação da Prova de Conceito do PROCESSO LICITAÇÃO No 96/2023, na modalidade de Pregão Eletrônico 027/23,(Cf. Portaria PGM 05/2023), com fundamento no 1º RELATÓRIO DA PROVA DE CONCEITO em anexo, RECUSA a licitante declarada provisoriamente vencedora, EMPRESA PIX FORCE, inscrita no CNPJ sob o nº 25.161.678/0001-87, por não lograr êxito em demonstrar que a Solução apresentada atende às funcionalidades relacionadas no ANEXO III – REQUISITOS FUNCIONAIS E NÃO FUNCIONAIS, nos termos do item 9.2 do citado Edital, bem como no item 7.3 do Termo de Referência, Anexos II e III.

Documento assinado eletronicamente



CAMARAGIBE

PREFEITURA

Prefeitura Municipal de Camaragibe

Comissão Especial

Rafael Dias

Matricula nº : 0.0101011.1

Maria Gabrielly M. S. Leão
Maria Gabrielly Menezes Souza Leão

Procuradora Municipal OAB-PE Nº 31.223

Documento assinado eletronicamente

Maria Gabrielly Menezes

Matricula nº 00005957.1

Gabriel Lira

Diretor de Desenvolvimento

Documento assinado eletronicamente
DTI/SECAD
Mat. 4.0100203.3

Gabriel Lira Guimarães
GABRIEL LIRA GUIMARÃES

Mat.: 4.0100203.3



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1387-1CA0-A76B-B393> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1387-1CA0-A76B-B393



Hash do Documento

47174ED186776FFC20AC6804D7E4AC8C6024497C639C288684B0D582084C6005

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/12/2023 é(são) :

Rafael Vitor Macedo Dias - 013.991.214-21 em 06/12/2023 14:25

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

